

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO OU LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**TAINARA IANKA MAAS**

**EMPODERAMENTO DOS CATADORES EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PRESIDENTES DE  
ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
2022**

**TAINARA IANKA MAAS**

**EMPODERAMENTO DOS CATADORES EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PRESIDENTES DE  
ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO**

Dissertação elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração Espaço de Fronteira: Território e Ambiente.

Linha de Pesquisa: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Maas, Tainara Ianka  
EMPODERAMENTO DOS CATADORES EM ORGANIZAÇÕES COLETIVAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO / Tainara Ianka Maas; orientador Fábio Oliveira Neves. -- Marechal Cândido Rondon, 2022.

80 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. empoderamento . 2. catadores. 3. resíduos sólidos. I. Oliveira Neves, Fábio , orient. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



## Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TAINARA IANKA MAAS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 27 dia(s) do mês de janeiro de 2022 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Tainara Ianka Maas, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marcelo Pires Negrão, Fabio de Oliveira Neves, Antonio de Padua Bosi. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Fabio de Oliveira Neves, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Empoderamento dos Catadores em Organizações Coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Marcelo Pires Negrão, Antonio de Padua Bosi. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

\_\_\_\_\_  
Orientador(a) - Fabio de Oliveira Neves

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon  
(UNIOESTE)

\_\_\_\_\_  
Antonio de Padua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon  
(UNIOESTE)



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

### Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TAINARA IANKA MAAS, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

\_\_\_\_\_  
Marcelo Pires Negrão  
Université d Angers (UA)

\_\_\_\_\_  
Tainara Ianka Maas  
Aluno(a)

\_\_\_\_\_  
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA  
DE DISSERTAÇÃO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR  
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente **Tainara Ianka Maas**, declaro, que realizei a minha defesa de mestrado à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho de dissertação intitulado em "Empoderamento dos Catadores em Organizações Coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo" para banca examinadora realizada na data de 27/01/2022.

Atenciosamente,



TAINARA IANKA MAAS

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, **Prof. Dr. Fábio de Oliveira Neves**, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos de defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da dissertação da candidata **Tainara Ianka Maas**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que a candidata foi considerada: **APROVADA**, na banca realizada na data de 27/01/2022, com o trabalho intitulado **“Empoderamento dos Catadores em Organizações Coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo”**.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. FÁBIO DE OLIVEIRA NEVES**  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Geografia



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

## PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, **Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência**, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação da candidata **Tainara Ianka Maas**, aluna de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada **APROVADA** na banca realizada em 27/01/2022, com o trabalho intitulado **"Empoderamento dos Catadores em Organizações Coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo"**.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Prof. Dr. ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Geografia





**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

#### DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Marcelo Pires Negrão, declaro que participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação da candidata Tainara Ianka Maas, aluna de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, formalizo como membro externo, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA na banca realizada em 27/01/2022, com o trabalho intitulado "Empoderamento dos Catadores em Organizações Coletivas: uma análise a partir da percepção de presidentes de associações e cooperativas na microrregião de Toledo".

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

APROVADA SEM RESTRIÇÕES

Prof. Dr. MARCELO PIRES NEGRÃO

Doutorado em Géographie et aménagement urbain - Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine - Paris, CREDAL-, França - 2017

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AAAJ – Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas

AAASH – Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena

ABC – Associação Bragadense de Catadores

ACAMAR – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis

ACAMARIO – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste

ACARESPI – Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu

ACARTERRA – Associação de Catadores de Terra Roxa

ACATOU – Associação de Catadores de Toledo

AMAR – Associação Mercedense de Agente Recicladores

APAVA – Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva

ARFO – Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste

ASCAROSA – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa

ASEC – Associação Enterrriense se Catadores

ASJ – Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis

COOPERAGIR – Cooperativa dos Agentes Ambientais

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs – Organização Não-Governamental

PEA – População Economicamente Ativa

PNRS – Política Nacional dos Resíduos Sólidos

UVR – Unidade de Valorização de Materiais Recicláveis

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Municípios da Microrregião de Toledo. ....	14
Figura 2 – Municípios participantes da pesquisa.....	19
Figura 3 - Fluxograma empoderamento de dimensão política e de dimensão psicológica:.....	28
Figura 4 – Linha da vida, Rosângela.....	54
Figura 5 – Linha da vida Valdevino .....	58
Figura 6 – Linha da vida Serli.....	62
Figura 7 – Linha da vida Karina.....	64

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Média salarial das associações cooperativas. ....	45
Gráfico 2 – Presidentes das associações porcentagem por sexo. ....	46
Gráfico 3 - Porcentagem de presidentes com cargos ativos e de representação .....	50
Gráfico 4 – Porcentagem dos diferentes nomes utilizados nas associações. ....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas. ....	41
Tabela 2 – Ocupação dos catadores anterior a associação.....	44
Tabela 3 - informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas. ....	49
Tabela 4 – Diferentes maneiras de chamar os associados.....	67

## RESUMO

O presente trabalho aduz um estudo que visa a aferir a existência ou não de um processo de empoderamento entre a classe dos catadores de resíduos sólidos nos 21 municípios da Microrregião de Toledo, no Oeste do Paraná. Para tanto, mediante uma acurada revisão bibliográfica, partiu-se de uma retrospectiva histórica acerca de como surgiu o conceito de empoderamento, analisando as diversas acepções ligadas a esse termo, bem como as duas dimensões em que ele se subdivide: a política e a psicológica. Outrossim, pesquisou-se também a origem da classe dos catadores, avaliando também como a sociedade tem lidado com o lixo ao longo da história. Seguindo o modelo de pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, procedeu-se a uma série de enquetes com os presidentes das associações de catadores das cidades compreendidas na região supracitada. Tomando, como amostra, os presidentes das quatro associações mais antigas – de Assis Chateaubriand, de Santa Helena, de Toledo e de Entre Rios do Oeste – examinaram-se a linhas de tempo de tais indivíduos, comprovando que, em todos eles, houve um processo de evolução nos aspectos político e psicológico, o que caracteriza um legítimo estado de empoderamento. Tal amostra, somada a outras informações obtidas nas entrevistas com membros das demais associações, comprovou que os catadores, uma vez organizados em associações, têm melhores condições para estabelecer parcerias com organizações governamentais e não governamentais, viabilizando a obtenção de aportes financeiro e intelectual. Como consequência, tais sujeitos tendem a se elevarem a uma condição de empoderamento, assegurando a conquista de direitos enquanto cidadãos e, sobretudo, o reconhecimento social.

**Palavras-chave:** empoderamento, catadores, resíduos sólidos.

## **ABSTRACT**

The present work includes a study that aims to assess the existence or not of an empowerment process among the class of solid waste collectors in the 21 municipalities of the Microregion of Toledo, in the west of Paraná. Therefore, through an accurate bibliographical review, we started with a historical retrospective about how the concept of empowerment emerged, analyzing the different meanings linked to this term, as well as the two dimensions in which it is subdivided: political and psychological. Furthermore, the origin of the waste picker class was also researched, also evaluating how society has dealt with garbage throughout history. Following the qualitative research model, with semi-structured interviews, a series of surveys was carried out with the presidents of waste pickers associations in the cities included in the aforementioned region. Taking, as a sample, the presidents of the four oldest associations – Assis Chateaubriand, Santa Helena, Toledo and Entre Rios do Oeste – the time lines of such individuals were examined, proving that, in all of them, there was a process of evolution in political and psychological aspects, which characterizes a legitimate state of empowerment. This sample, added to other information obtained in interviews with members of other associations, proved that collectors, once organized into associations, are better able to establish partnerships with governmental and non-governmental organizations, enabling them to obtain financial and intellectual contributions. As a result, such subjects tend to rise to a condition of empowerment, ensuring the achievement of rights as citizens and, above all, social recognition.

Keywords: empowerment, collectors, solid waste



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
METODOLOGIA DE PESQUISA .....	16
1 EMPODERAMENTO .....	21
2 O TRABALHADOR DO LIXO: CATADORES/RECICLADORES/AGENTES AMBIENTAIS/LIXEIROS .....	32
3 PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E COLETIVO E OS RESULTADOS DESTE PROCESSO .....	38

## INTRODUÇÃO

O termo empoderamento se refere ao aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e de grupos sociais, nas relações interpessoais e institucionais (MARTINS, 2003; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). Originária do inglês *empowerment*, essa palavra se disseminou, no idioma espanhol, como *empoderamiento*. No Brasil, Caldas Aulete, em dicionário datado de 1958, traz “empoderar-se” como sinônimo de “apoderar-se”.

O referido vocábulo passou a ganhar grande destaque a partir da década de 1950, período em que diversos movimentos sociais lutavam pela conquista de direitos civis nos Estados Unidos da América (EUA). Aos poucos, essa palavra incorporou novas significações, englobando o desenvolvimento de potencialidades, o aumento de informação e a busca de uma participação real em prol da democracia.

Na década de 1970, o termo empoderamento passou a ser utilizado pelos movimentos de autoajuda e, na década seguinte, pela psicologia comunitária, marcada pelo anseio de autonomia, por parte de alguns grupos, em relação a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais consideradas, por tais indivíduos, como injustas, opressivas e discriminadoras (JESUS; MENEZES, 2010; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). Ao longo dos anos, esse conceito passou a abranger diversas causas que, embora com significados diferentes, mantinha um ponto em comum: a luta pelo aumento de poder de quem está numa situação de subordinação (BERNARDES, 2018; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

O empoderamento pode, em síntese, ser descrito como um acréscimo de poder que permite aos indivíduos/grupos usufruírem de seus direitos e aprimorarem suas relações (MARINHO; GONÇALVES, 2016; RAFFESTIN, 1993).

Como é consabido, o fenômeno do poder é mormente representado por uma hierarquia, na qual os que estão no topo tendem a coagir os que estão na base. Tal dominação, aliás, não é mero fruto do acaso; trata-se de uma condição engendrada intencionalmente, por parte de quem está no controle. Por isso, todo o aumento de poder alheio a essa ordem, seja individual, seja grupal, pode ser denominado de empoderamento, dado o objetivo minimizar as discrepâncias entre dominado e dominador. Por conseguinte, o empoderamento tem, como objetivo, igualar essas

relações, prescindindo da necessidade de se ter um dominador e um dominado (MARINHO; GONÇALVES, 2016; RAFFESTIN, 1993; BERNARDES, 2018).

No Brasil, trabalha-se o empoderamento de acordo com duas dimensões: a psicológica e a política (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

A dimensão psicológica está consignada na promoção do autorreconhecimento, tendo, como unidade de análise, os indivíduos. Com efeito, possui, como aspecto central, a mudança de mentalidade a partir da percepção do indivíduo com suas próprias forças. Desta forma, a experiência vivenciada na sobredita dimensão ocorre quando a pessoa vivencia seu poder, formando uma situação de ruptura.

No empoderamento de dimensão política, observa-se a possibilidade de indivíduos coletivos desenvolverem competências para participar da vida em sociedade. Tais competências envolvem, por exemplo, as habilidades e o pensamento reflexivo, fatores que os qualificam para a ação política (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Os indivíduos que vivenciam esse processo se manifestam não apenas em assembleias locais, mas também em associações políticas maiores (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

Tomando, como exemplo, a classe dos catadores de resíduos sólidos, esses indivíduos, de acordo com Bernardes (2018) e Martins (2003), estão entre os mais pobres da sociedade, vivendo uma marginalidade histórica e sendo tratados como seres invisíveis. Desde os primórdios, conotações negativas e pejorativas associadas à identidade de 'catador' foram incorporadas ao cotidiano. O indivíduo que exercia essa condição era chamado de "*scavenger*" (vasculhador), termo utilizado para denominar alguns animais – abutres, urubus, hienas, lobos e todo tipo de carniceiros – que revolviam rejeitos à procura de alimentos. Desse modo, atribuiu-se uma carga negativa de significação àqueles que lidavam com o lixo, o que resultava na discriminação desse trabalhador (NEVES, 2013; COSTA, 2017; BOSI, 2015).

De acordo com Bosi (2015), o sistema de reaproveitamento de material é bem antigo, tendo registro desde a Antiguidade Clássica, na qual já ocorria o reuso de utensílios domésticos e de ferramentas de trabalho. Outrossim, a reciclagem possui uma longa história, também associada aos lixeiros (coletores de lixo), cujos primeiros registros são datados entre os séculos XVI e XVII, quando, em cidades da França e da Inglaterra, iniciaram-se as organizações de limpeza urbana, formalizando o

trabalho com o lixo. No Brasil, os catadores se misturavam, nas grandes cidades, entre mendigos e ladrões, passando despercebidos nesse meio, fato que é comprovado pela ausência de menções a esses trabalhadores em jornais municipais da época.

Porém, ao longo das últimas décadas, graças, sobretudo, à atuação, junto ao poder público, de organizações de catadores de lixo, alterou-se o quadro de invisibilidade desses trabalhadores, que tiveram sua profissão reconhecida e incluída nos sistemas formais de gestão de resíduos sólidos.

Contudo, mesmo diante de tais conquistas, é cabível indagar: Há um processo de empoderamento dos catadores enquanto agentes da gestão dos resíduos sólidos urbanos?

O empoderamento, como o próprio nome indica, pode ser resumido como o aumento do poder, bem como da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social (MARTINS, 2003; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). Portanto, em tese, o empoderamento pode ocorrer internamente – mediante relações supostamente não-hierárquicas, ocorridas no interior de organizações de trabalhadores – e externamente, em relações que se verificam entre os sujeitos e os agentes sociais e políticos, a saber, os órgãos do poder público, as igrejas, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as empresas, além de outras entidades afins (BERNARDES, 2018; MARINHO; GONÇALVES, 2016; MARTINS, 2003).

No meio acadêmico, o empoderamento é trabalhado com atores sociais fragilizados, como: mulheres (MARINHO & GONÇALVES, 2006), pessoas com deficiências (PCD) (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006), catadores (BARRETO; PAULA, 2014; BERNARDES, 2018; MARTINS, 2003; TREMBLAY; GUTBERLET, 2010), além de outros grupos que vivenciam relações marcadas pela dominação. Tais trabalhos, normalmente, dão destaque a práticas de empoderamento que visam à libertação dos indivíduos em relação a um contexto de resignação e de impotência, a fim de ascendê-los a um estado de reapropriação de poder. Assim, grupos mais vulneráveis, como, por exemplo, o dos catadores de materiais recicláveis, terão meios para melhorar suas condições de vida e sua posição social.

Já as práticas de empoderamento desenvolvidas por agentes externos (membros de prefeituras), Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas privadas, entre outros, envolvem, sobretudo, a elaboração de estratégias que

garantam o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento pessoal, o auxílio na superação da pobreza e demais questões socioeconômicas. Além disso, busca-se a promoção de contato entre pessoas com experiências semelhantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento social, de autoestima e de identidade (BARRETO; PAULA, 2013; KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Por meio das práticas de empoderamento, os indivíduos saem de uma situação de dependência e de impotência, passando por uma etapa na qual adquirem a condição de sujeitos ativos, que batalham por si, com e para os outros, por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos (MARINHO; GONÇALVES, 2016; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

Nesta dissertação, trabalhar-se-á o processo de empoderamento a partir das duas dimensões já referenciadas: a psicológica e a política. Com efeito, esta pesquisa propõe compreender o reflexo das práticas de empoderamento experienciadas pelos catadores, avaliando se tal expediente resulta, necessariamente, em empoderamento individual.

Para tanto, esta dissertação analisou as associações de catadores da Microrregião de Toledo, Paraná, que está inserida na mesorregião Oeste Paranaense, composta por 21 municípios, como pode ser observado na figura 1.

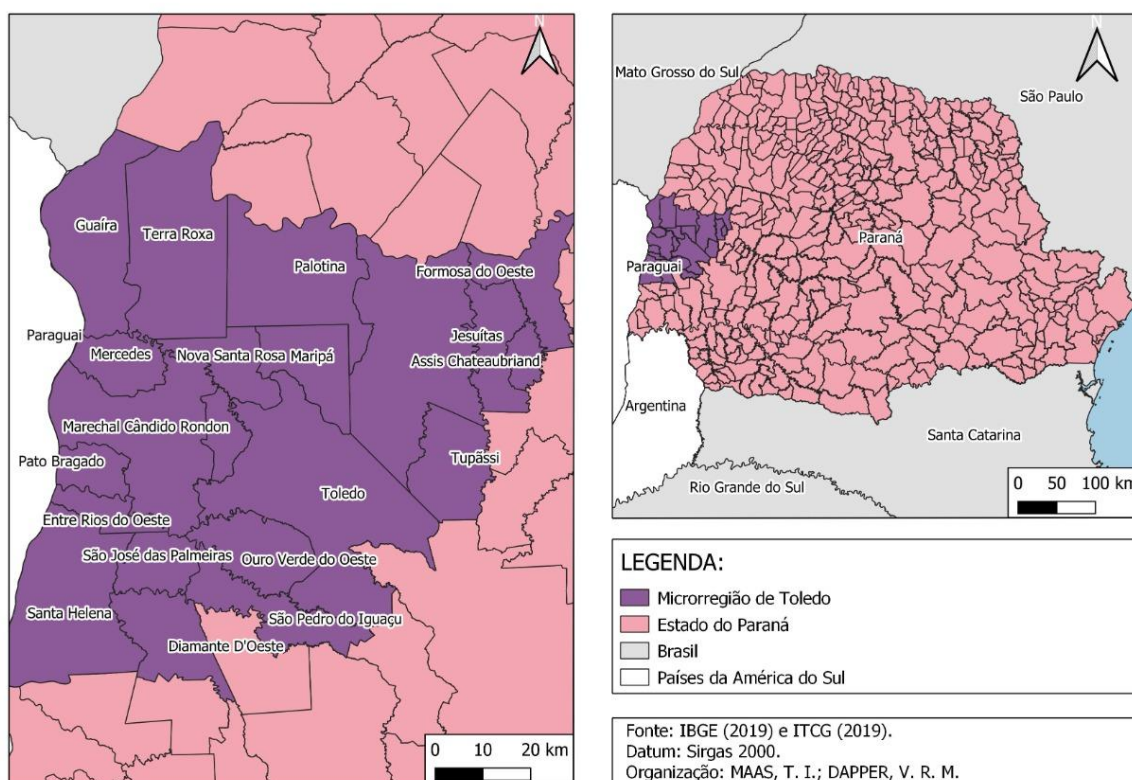


Figura 1 – Municípios da Microrregião de Toledo.

A partir da definição da área e do objeto de estudo, passa-se ao objetivo geral, que é o de analisar se as práticas de desenvolvimento pessoal e coletivo vivenciadas nas organizações de catadores na microrregião de Toledo resultam em empoderamento individual dos líderes/representantes das associações/cooperativas. Os objetivos específicos são:

- I. identificar práticas e momentos de empoderamento vivenciados nas associações /cooperativas;
- II. questionar se essas práticas de desenvolvimento pessoal empoderam e transformam o cotidiano do trabalhador dentro e fora nas associações;

A metodologia desta pesquisa adota, em consonância com os trabalhos de Tremblay & Gutberlet (2010), o conceito de linha de tempo, elaborado a partir da percepção dos catadores sobre as práticas de desenvolvimento pessoal e sobre o impacto destas na vida pessoal/profissional. A pesquisa configura-se como qualitativa, que, por meio de entrevistas semiestruturadas, avalia não somente a percepção individual dos catadores em relação às práticas de desenvolvimento fomentadas

coletivamente, como também os resultados destas para além do ambiente de trabalho.

Nota-se, pois, a relevância dos estudos sobre essa temática, sendo ela importante tanto na Geografia como em outras ciências, dado o insigne objetivo de conhecer e divulgar o conceito de empoderamento, aferindo como esse fenômeno interfere na sociedade, no meio ambiente e na valorização profissional/pessoal dos indivíduos que dela participam.

Esta dissertação está estruturada em três seções, incluindo esta introdução. Em seguida, é apresentada a revisão teórica que problematiza e conceitua o empoderamento, seguida de uma revisão teórica de trabalhos e de documentos que versam sobre os catadores de materiais recicláveis. Posteriormente, há uma seção que trata das práticas de empoderamento entre os catadores e, por fim, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste estudo, o foco é a percepção dos catadores em relação às práticas de empoderamento decorrentes de sua da organização enquanto categoria, assim como as parcerias que tais entes firmaram com instituições externas, a saber, a Prefeitura e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tal perspectiva se justifica pelo fato de a dissertação acadêmica constituir essencialmente um estudo teórico, que possui natureza reflexiva e que necessita de sistematização, ordenação e interpretação de dados (RAMPAZZO, 2013).

Para a construção da fundamentação teórica desta obra, procedeu-se às técnicas de levantamento bibliográfico e documental, com a intenção de esclarecer a temática a ser trabalhada. Na primeira etapa, foram utilizados, como conceitos-chave, os termos “empoderamento e catadores”, os quais norteiam também a pesquisa bibliográfica. Buscaram-se, complementarmente, outros trabalhos acadêmicos atinentes às noções supracitadas, visando, assim, a auxiliar na formação do referencial teórico e na definição dos conceitos-chave. Por fim, para a coleta de dados, foram empregados os métodos qualitativos.

O conceito de empoderamento, no âmbito da Geografia, aponta para a ideia de emancipação dos marginalizados, desafiando o que é considerado conhecimento válido e quem é considerado o conhecedor (Tremblay & Gutberlet, 2010). Por isso, este estudo primou pela abordagem de questões metodológicas inspiradas em um ideal de cidadania, na qual o sujeito, consciente de seu potencial transformador, atua em prol da melhoria da sociedade. De fato, a aplicação de pesquisas participativas, que, em vez da suposição convencional, enfatizam uma dialética entre o pesquisador e o pesquisado, produz um conhecimento mais válido (Tremblay & Gutberlet, 2010).

A segunda etapa do trabalho focou em definir uma metodologia que visasse a compreender o empoderamento a partir da percepção dos catadores. Para tanto, serviram de inspiração dois estudos: “Empowerment through participation: assessing the voices of leaders from recycling cooperatives in São Paulo, Brasil”, dos autores Tremblay & Gutberlet (2010) e “Rio da Vida Coletivo: empoderamento, emancipação e práxis”, das autoras Barreto & Paula (2013). Ambos abordam a temática, de maneira mais aprofundada, na vida dos catadores, trabalhando com linhas do tempo e dinâmicas coletivas com entrevistados, para identificar momentos-chave na percepção sobre empoderamento, vivenciado a partir de práticas de organização



coletiva. Tremblay & Gutberlet (2010) e Barreto & Paula (2013) descrevem como as práticas de empoderamento desenvolvidas no local de trabalho podem afetar a vida pessoal e social dos catadores. Por isso, firmou-se, de antemão, a ideia de que uma das principais finalidades das entrevistas seria identificar as práticas e os momentos de empoderamento vivenciados, de forma coletiva, na associação, assim como compreender a maneira como esses processos transformam o cotidiano do trabalho nas associações.

Os referidos artigos, que serviram de base para a definição da metodologia desta dissertação, trabalham com a percepção dos catadores. Ambos, em um primeiro momento, utilizam entrevistas para conhecer o histórico da associação/cooperativa, além dos pontos positivos e negativos enfrentados por tais organizações, com o objetivo de visualizar as práticas de empoderamento utilizadas. Após a primeira etapa, voltam-se para a percepção dos catadores em relação a essas práticas e a seus resultados. Para tanto, os primeiros autores lançam mão de dinâmicas de grupo, e os últimos, da elaboração de uma linha do tempo que destaca momentos marcantes na vida dos catadores.

Os trabalhos sobreditos se desenvolveram, tendo como referência exclusiva, mudanças ocorridas com catadores em seu ambiente de trabalho; primou-se, portanto, pela dimensão política do empoderamento. Esta pesquisa, por seu turno, propõe ir além do ambiente profissional/trabalho, bem como do empoderamento político. Seu escopo é compreender o reflexo das práticas de desenvolvimento pessoal e coletivo no empoderamento psicológico e político de catadores. Para tanto, focou-se em três diferentes espaços: o profissional/o trabalho; o familiar/a casa; e o social/a cidade. Afinal, as relações de poder não ocorrem em uma só escala ou somente entre coletivos, mas também nos espaços mais íntimos, como na casa, ou nos espaços mais amplos, como na cidade.

A amostra da pesquisa foi composta pelos municípios da microrregião de Toledo, no estado do Paraná. Os municípios que compõem a microrregião de Toledo são: Nova Santa Rosa, Assis Chateaubriand, Pato Bragado, Diamante do Oeste, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Entre Rios do Oeste, Terra Roxa, Guaíra, Maripá, Ouro Verde do Oeste, Quatro Ponte e Tupãssi.

Ao entrar em contato com as prefeituras para buscar informações e marcar as datas das entrevistas com os presidentes das associações/cooperativas, descobriu-se que o município de Ouro Verde do Oeste não conta com associação de catadores, pois nele a coleta de lixo é realizada por empresa privada. O município de Maripá está em processo de formação de associação de catadores. Nos municípios de Guaira, Quatro Pontes e Tupãssi, não se obteve resposta. No município de Terra Roxa, a entidade, durante a época de realização das entrevistas, estava sem presidente.

Conforme se visualiza na figura 2, as entrevistas foram realizadas com: Associação de Catadores de Toledo (ACATOU), Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA), Cooperativa Dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR, Marechal Cândido Rondon), Associação Mercedense de Agentes Recicladores (AMAR), Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR, Assis Chateaubriand), Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH), Associação Bragadense de Catadores (ABC), Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO), Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ) Associação de Catadores de Terra Roxa (ACARTERRA), Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA), Associação dos Catadores Brilha Diamante, Associação Entrerriense de Catadores (ASEC), Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI) e Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ).

Os entrevistados foram os presidentes das associações/cooperativas, pois eles são os responsáveis por representar a organização, sendo escolhidos mediante eleições bienais. A razão para a escolha desta microrregião é a inserção profissional da pesquisadora – que, inclusive, já atuou como catadora na AAASH –, assim como o fato de todas as associações/cooperativas os municípios da microrregião de Toledo possuírem convênio com a Itaipu.

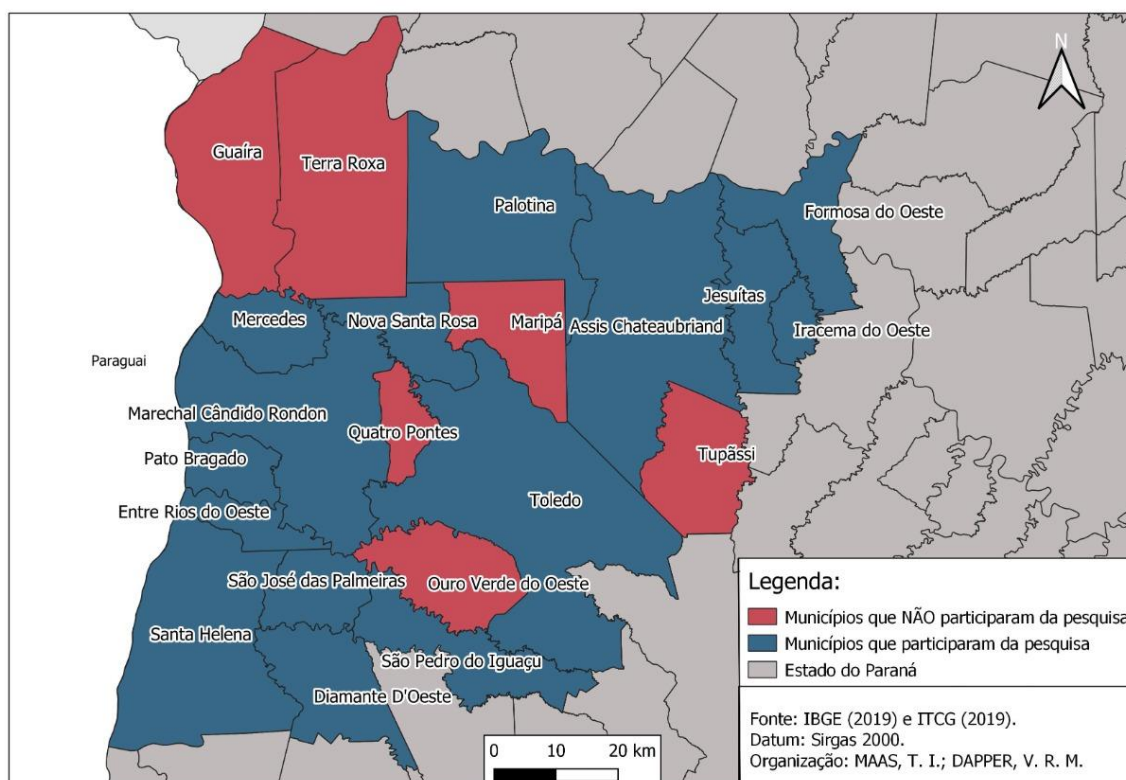


Figura 2 – Municípios participantes da pesquisa.

A metodologia adotada adapta o instrumento usado por Tremblay & Gutberlet (2010), em que se destacam momentos de reforço ou enfraquecimento do empoderamento vivenciado por lideranças de catadores. Enquanto esse instrumento se concentra sobre o empoderamento em ambiente profissional, a proposta desta pesquisa vai além, pois incorpora a percepção dos líderes das organizações selecionadas acerca das mudanças nos ambientes familiar/casa e social/cidade.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas, na qual entrevistador guia o diálogo de acordo com o seu objetivo. As enquetes foram realizadas com os presidentes das associações, pois estes representam as respectivas associações em eventos formais e em reuniões. Objetivou-se, assim, auferir um aparato geral da origem e formação das entidades em questão, além de avaliar as práticas de desenvolvimento pessoal e coletivo realizadas em parceria com agentes externos (Prefeituras, ONGs, empresas privadas, entre outros), que auxiliam no processo de empoderamento dos catadores.

O roteiro de entrevista foi separado em três sessões: vida pessoal/casa, vida profissional/trabalho e vida social/cidade. Estas foram subdivididas em tópicos e

perguntas, como pode ser observado no apêndice I. Ao final de cada entrevista, a pesquisadora, juntamente com o presidente de cada associação, realizou uma linha do tempo, com o objetivo de marcar os pontos (cursos, eventos, conquistas, entre outros) para uma análise da trajetória deste trabalho, desde a entrada na associação/cooperativa até os dias atuais.

As entrevistas foram posteriormente transcritas, analisadas e tabuladas. Por meio de análises, percebeu-se que os catadores não souberam responder a ordem cronológica dos eventos/cursos/palestras de que participaram. Entre as instituições pesquisadas, em quatro delas foi possível realizar uma linha do tempo pessoal, visto que os respectivos presidentes são associados há mais de cinco anos e participam de cursos desde o ingresso na organização. Percebe-se, com efeito, que os catadores reconhecem que tais aperfeiçoamentos auxiliaram em seu desenvolvimento pessoal.

As entrevistas duraram entre 15 e 90 minutos. As perguntas da primeira seção foram realizadas para a investigação da vida pessoal do catador, questionando como os aperfeiçoamentos auxiliaram no desenvolvimento pessoal/casa. Em seguida, as questões foram direcionadas ao ambiente de trabalho, isto é, à vida profissional do catador, além de analisar se as atividades desenvolvidas por agentes externos/internos influenciaram os entrevistados no quesito de empoderamento. O último bloco foi sobre a vida social/cidade do catador, registrando como ele se vê neste meio e como os aperfeiçoamentos afetaram a rede entre os recicladores, bem como o relacionamento com o público em geral (apêndice I).

A seguir, apresenta-se revisão de literatura sobre o conceito de empoderamento, materiais que darão suporte à metodologia descrita neste subcapítulo.

## 1 EMPODERAMENTO

De acordo com Kleba & Wedhausen (2006), o empoderamento é um conceito polissêmico, que tem visibilidade crescente. Teve sua origem nos EUA, em movimentos sociais de lutas pelos direitos civis, nos anos de 1950. Durante a década de 1970, o empoderamento passou a ser influenciado pelos movimentos de autoajuda e, nos anos de 1980, pela psicologia comunitária. A partir dos anos 1990, passou a ter importância no meio acadêmico devido à influência de movimentos que buscavam o direito à cidadania.

Baquero (2001) acrescenta que o empoderamento possui raízes nas lutas pelos direitos civis, assumindo significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades e ao aumento de informação e percepção, de modo a buscar uma participação real que possibilite o processo democrático. Ainda segundo o autor, o empoderamento tem como objetivo a libertação dos indivíduos em situação de vulnerabilidade, submetidos a conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

O empoderamento pode ser considerado como uma das formas de minimizar o quadro de pobreza e de exclusão social (BARRETO; PAULA, 2013; BERNARDES, 2018; KLEBA; WENDHAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016; MARTINS, 2003; TREMBLAY; GUTBERLET, 2010). De modo geral, a concepção de pobreza e de exclusão social costuma se limitar à falta de bens materiais. No entanto, esses dois fenômenos devem ser compreendidos de maneira mais ampla, pois envolvem, entre outras coisas, diferentes carências no atendimento das necessidades básicas, além de questões relacionais e de natureza psicossocial.

Uma das acepções de empoderamento refere-se ao fenômeno em que as pessoas passam a ter controle sobre os recursos, sejam eles físicos ou simbólicos (KLEBA; WENDHAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016). Em relação aos recursos físicos, há uma noção generalizada de que, se a pobreza “desempodera”, a saída da situação de risco social, pela via material, é o caminho para o empoderamento (BARRETO; PAULA, 2013). Contudo, ao enfatizar a solução material da pobreza, sem levar em consideração questões para além dessa materialidade, a tendência é que a situação de exclusão social permaneça (BERNARDES, 2018; MARTINS, 2003).

A concepção materialista de empoderamento pode ocasionar uma falsa percepção de que esse fenômeno é imposto ou atribuído às pessoas. Partindo-se dessa perspectiva, o ato de empoderar seria possível mais por meio da acessibilidade a bens ou serviços do que pelo incentivo à participação real das pessoas e seu autodesenvolvimento. Em resumo, nessa concepção, basta transferir renda e melhorar o acesso a bens ou serviços para empoderar alguém (BERNARDES, 2018; MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Críticas também são apontadas em relação à ideia de que o empoderamento consiste em uma técnica ou conteúdo sistematizado, passível de ser transmitido via cursos ou treinamentos, o que também é uma visão equivocada do conceito (BARRETO; PAULA, 2014; KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

O empoderamento envolve uma mudança nas relações de poder existentes, de forma a proporcionar às pessoas o vislumbre de alternativas para a sua condição atual e – mais importante ainda – a entender o porquê de a realidade configurar-se da forma como se apresenta (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). Implica, portanto, em retirar as pessoas da situação de risco social e situações de dominação. O empoderamento é possível, mesmo em condições de pobreza. Deixar a situação de risco social, do ponto de vista material, não significa necessariamente empoderar-se, pois isso não é suficiente para superar uma situação de exclusão (BARRETO; PAULA, 2013).

Bernardes (2018, p.36) complementa que alguns fatores são essenciais no processo de empoderamento, tais como “participação, equidade, resgate de identidade, corresponsabilidade, desenvolvimento do capital humano e do capital social, prestação de contas/controlado cidadão, tomada de decisões e cuidados com o meio ambiente”. Assim, empoderamento pode ser todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Essa definição vai ao encontro daquela adotada por Fazenda (2001, p.1): “Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente”.

Jesus & Menezes (2010) apresentam o empoderamento como um processo pelo qual os indivíduos ganham controle sobre as suas vidas, participando ativamente da democracia de suas comunidades, ultrapassando os limites destas. Bernardes (2018, p.33) compreende empoderamento como um conceito que auxilia na

“compreensão de processos sociais referentes a possibilidades de ascendência econômica, cognitiva, psicológica ou política”. Muito além de apenas delegar poder, o empoderamento pode transformar a cultura organizacional, quando parte da ideia de disseminar o poder, a liberdade e a informação entre os vários níveis da organização, capacitando os indivíduos na tomada de decisões e na participação ativa em âmbito social. Nesse sentido, o empoderamento tem como meta a saída das pessoas de uma situação de resignação e de impotência para uma reapropriação de poder, melhorando a situação e a posição desses grupos vulneráveis.

A partir de 2018, o termo empoderamento ganha espaço nas redes sociais e se populariza. Bernardes (2018) acrescenta que ele vem sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento, seja humano, sustentável, saudável, deliberativo ou local. Assim, o empoderamento passa a ser utilizado de maneira maleável, de acordo com as necessidades de cada grupo social.

Considerando a imprecisão que acompanha a popularização do termo, foi necessário definir em qual sentido e para qual processo seria possível utilizá-lo nesta pesquisa. Desse modo, poder-se-ia discutir e conceituar o vocábulo deslocando-o de uma zona de sombreamentos e aproximando-o de um objeto de estudo: os catadores.

De acordo com Kleba & Wendausen (2009), no Brasil, há dois sentidos, mormente empregados, de empoderamento: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia, e o outro que alude a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, ou seja, de populações carentes.

O empoderamento não pode ser fornecido, nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se efetiva com práticas de inserção em que os indivíduos empoderam a si mesmos (BARRETO; PAULA, 2013). Os agentes externos apenas podem desenvolver ações que auxiliam em práticas afins, tais como a “governança eficiente” – que garante os direitos humanos, o desenvolvimento favorável à superação da pobreza e a transformação das condições e das políticas socioeconômicas – e a “mediação de contatos sociais”, que promove o encontro entre pessoas com experiências semelhantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento social, assim como a autoestima e o sentimento de identidade, auxiliando na diminuição das disparidades de poder (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740).

Por meio de práticas de empoderamento, os indivíduos renunciam à situação de dependência, de impotência, e se transformam em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros, por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos. O empoderamento é, nesse sentido, um processo dinâmico, que envolve aspectos cognitivos, afetivos e de conduta. Ocorre, assim, uma mudança social e um desenvolvimento político, que promovem a equidade e a qualidade de vida, mediante o suporte mútuo, a cooperação, a autogestão e a participação em movimentos sociais autônomos. A riqueza do processo de empoderamento está justamente em desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Marinho & Gonçalves (2016) e Kleba & Wendausen (2009) apresentam o empoderamento sobre uma tríade, ocorrendo em nível pessoal, grupal e estrutural. No nível pessoal, o empoderamento possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentido de pertencimento, além de práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

No processo de empoderamento, tem-se, como centro, o sujeito, que está ligado a outros indivíduos e a unidades sociais, formando, assim, uma rede de relações que auxiliam na emancipação pessoal, gerando um alto pendor para mudanças sociais. O empoderamento torna-se, pois, um sentimento experienciado individualmente, mas vivido em grupo. Possui, como objetivo maior, o controle sobre a própria vida, mediante a inserção no meio sociopolítico, vivenciando o poder em situações de carência. Desta maneira, o ser reconhece recursos e possibilidades individuais e coletivas, desenvolvendo, assim, a capacidade de sair da posição de impotência e de resignação.

Kleba & Wendausen (2009), por sua vez, trabalham com as dimensões psicológica e política do empoderamento. Nestas, o desenvolvimento da competência e da capacidade de enfrentamento de situações adversas do cotidiano ocorre nas pequenas esferas sociais, fortalecendo os sujeitos para ocupar espaços da macro política, na medida em que eles se apropriem das habilidades de participação democrática e do poder político de decisão (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Para essas autoras, os processos de empoderamento são vivenciados em um ou vários



contextos estruturais que o demarcam e que lhe oferecem maiores ou menores oportunidades de desenvolvimento. A interdependência entre as mudanças que ocorrem em nível pessoal, grupal e estrutural é que garante consistência ao processo de empoderamento.

Segundo as autoras Kleba & Wendausen (2009), a dimensão psicológica refere-se ao desenvolvimento do autorreconhecimento, tendo, como unidade de análise, os indivíduos. É nessa dimensão que as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e de autoestima. O aspecto central é a mudança de mentalidade a partir da percepção do indivíduo com suas próprias forças. Tem-se, então, como resultado, um comportamento de autoconfiança. O empoderamento ocorre, portanto, como um sentimento experienciado individualmente e que, como consequência, produz no indivíduo um maior controle sobre sua vida.

Já para WENDHAUSEN, BARBOSA e BORBA (2006), o mecanismo de empoderamento vivenciado na esfera psicológica ocorre quando a pessoa experencia seu poder, formando uma situação de ruptura. Então, o indivíduo passa a reconhecer não apenas possibilidades e recursos pessoais/coletivos, mas também sua capacidade de sair de uma posição de impotência e resignação, convertendo esse conhecimento em ação social na conformação de seu entorno. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar, em seu cotidiano, as incertezas, as adversidades e as situações de risco. Contudo, a emancipação pessoal não se realiza de maneira autônoma, mas ocorre por meio de práticas de integração comunitárias, em que diferentes formas de engajamento formam campos de aprendizagem e de reconhecimento junto aos membros do grupo, com a intenção de fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Todavia, a despeito de todos os ganhos que o empoderamento psicológico pode assegurar ao indivíduo, sua prática tem-se revelado, por vezes, uma perspectiva filosófica individualista, que tende a ignorar a influência dos fatores sociais e estruturais.

Em contrapartida, a dimensão política concerne à transformação das estruturas sociais com o objetivo da redistribuição de poder, produzindo mudanças das estruturas de oportunidades da sociedade, almejando melhorias na vida

comunitária. Está relacionada a organizações sociais, comunitárias, enfim, a estruturas coletivas, tais como parentesco, vizinhança, igrejas, entre outras.

As práticas de empoderamento desenvolvidas sob a dimensão política podem ser consubstanciadas em fatores como a informação e o conhecimento, bem como na participação em organizações comunitárias. Cabe destacar também o papel de aquisição de recursos financeiros, que aumenta a capacidade de estabelecer e de alcançar os objetivos do gênero em pauta (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Com efeito, as práticas de empoderamento são desenvolvidas a partir de dados sobre a realidade local e/ou a partir das próprias pessoas envolvidas nesse processo. São elas: oficinas sobre direitos; oficinas de reconstrução da história ou da cultura local; oficinas ou espaços de reconstrução de histórias de vida; espaços de reflexão sobre o cotidiano e/ou sobre papéis de gênero e participação em grupos políticos (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

A estruturação do mecanismo de empoderamento na dimensão política pode ser traduzida como um processo conflituoso de redistribuição de poder político, no qual quem está em situação de dominação renuncia a esta, e os dominados se “apropriam de habilidades de participação democrática e de poder político de decisão” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 738). Os indivíduos se manifestam não apenas em assembleias locais, mas também em associações políticas maiores. A exemplo dos catadores, eles não interagem apenas com o seu grupo social, mas também com membros do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e com as esferas local, estadual e federal do poder público.

O objetivo geral da prática do empoderamento político é ascender as pessoas de uma situação de resignação e de impotência a um estado de reapropriação do poder, com o ganho de força em prol de projetos coletivos de auto-organização e o desenvolvimento de instrumentos eficazes para o engajamento dos cidadãos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740). O empoderamento não ocorre por meio de fórmulas prontas, diretas e infalíveis. Não se trata de um processo linear, com início e fim definidos, nem de um processo uniforme, que se dá de maneira igual para diferentes grupos. Para que o processo seja possível, é necessária a valorização da história pessoal, ou seja, das singularidades. Abre-se, portanto, a possibilidade real de promover mudanças pessoais e sociais, o que apoia a reflexão sobre a necessidade de se levar em conta a fragmentação das vivências dos indivíduos e de seus

interesses específicos, acolhendo a diferença e a multiplicidade (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Fazendo um comparativo entre as duas dimensões de empoderamento, se a psicológica apresenta riscos aos atores que decidem implementar suas práticas – pois o indivíduo é trabalhado de maneira individual sem considerar o coletivo (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006) – na dimensão política, observa-se a possibilidade de indivíduos coletivos desenvolverem competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades e um pensamento reflexivo que qualifica a ação política (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Bernardes (2018) apresenta a dimensão psicológica como referente ao desenvolvimento de um determinado modelo de autorreconhecimento, por intermédio do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e de autoestima (WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006). Nesse sentido, criam-se condições para uma relação de interação e apoio mútuo entre os indivíduos e organizações governamentais e não governamentais, com a intenção de melhorar as condições de vida e a realização objetivos pessoais e coletivos. Por isso, urge que o indivíduo, diante da possibilidade de alcançar objetivos pessoais, se conscientize de que, acima de tudo, é parte de uma comunidade, ou seja, que ele reconheça que toda a comunidade pode ser beneficiada mediante um trabalho conjunto (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Fluxograma sobre empoderamento com dimensão política e dimensão psicológica:

# EMPODERAMENTO



Figura 3 - Fluxograma empoderamento de dimensão política e de dimensão psicológica:

Fazenda (2003) complementa o autor anterior, subdividindo essa vertente entre os grupos de ajuda mútua – que são grupos de pessoas com o mesmo problema, que se apoiam entre si e constituem uma rede – e os grupos que têm, como objetivo, a defesa de causas, a luta por direitos e a criação de uma rede social organizada. “Ambos se caracterizam pela independência em relação aos profissionais e ao Estado, e por serem alternativas à burocratização e à desumanização” (FAZENDA, 2003, p.4).

A dimensão política, apresentada por Bernardo (2018, p.36), implica a transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder, de modo a produzir mudanças das estruturas de oportunidades da sociedade. Para tanto, a condição básica é o acesso aos recursos interindividuais e a possibilidade de utilizá-los. Visa-se, assim, a um processo de fortalecimento da organização como um todo, a fim de alcançar as metas estabelecidas. Deste modo, os sujeitos envolvidos exercem a experiência de liderança e de tomada de decisão de forma compartilhada,

realizam ações de comunicação e apoios eficazes, distribuem funções e responsabilidades segundo a capacidade de cada um (SILVA; MARTÍNEZ, 2004). Para obtenção de resultados, cabe, às pessoas e à comunidade, a articulação entre os recursos existentes, de modo que possibilite uma maior valorização das ações coletivas e dos recursos transpessoais assim produzidos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

De acordo com Marinho & Gonçalves (2016, p.81), o empoderamento político é um processo que parte do enfrentamento de fatores referentes à estrutura e à redistribuição do poder. Esta dimensão possibilita aos indivíduos participar de processos sociais e políticos, assim como a integração em comunidades e a articulação com outras organizações. Embora aparentemente mais complexo, esse modelo viabiliza, a indivíduos e grupos, mais opções em sua tomada de decisão e mais recursos para o enfrentamento das adversidades. No entanto, tal perspectiva pode também requerer dos indivíduos maior discernimento, bem como o domínio de habilidades requeridas no emprego dos recursos disponíveis, evitando o risco de provocar maior exclusão social (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

A compreensão do empoderamento como processo ora individual, ora coletivo e ora presente nas duas dimensões, aparece, não apenas na concepção teórica do termo, mas também nas práticas analisadas (MARINHO; GONÇALVES, 2016). O empoderamento pessoal, por sua vez, fica obliterado caso o contexto não acompanhe o crescimento vivenciado pelo sujeito, reprimindo potenciais e imprimindo limites à criatividade e à inovação (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 741).

As relações de empoderamento, dependendo de condições objetivas e subjetivas para agir, reagir e interagir, são interdependentes à medida que o indivíduo sofre e exerce influência sobre seu entorno. O poder e, através dele, a resistência só existem e se efetivam nas relações sociais, que, por sua vez, ocorrem mediadas por estruturas e instituições socialmente construídas e legitimadas (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

O empoderamento está ligado a um processo que aspira a alcançar um nível mínimo de bem-estar, com obtenção de segurança econômica, reconhecimento social, individual e coletivo, assim como aumento da consciência, de força interior, da autoestima, da capacidade de decisão, entre outras características pessoais (BERNARDES, 2018).

Para Mafaciolli & Diehl (2018), o *empowerment* está firmado em quatro bases: primeiramente o poder, que tem como significado dar poder às pessoas; em segundo lugar, a delegação de autoridade e de responsabilidade em todos os níveis da organização; em terceiro, vem a motivação, que serve para incentivar diariamente; por último, o desenvolvimento, que serve para dar recursos às pessoas em termos de capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional, proporcionando liderança na organização. Ou seja, o empoderamento trata-se do reconhecimento de recursos pessoais, comprometido com a educação política, privilegiando a ação pedagógica como responsável pela alteração nas relações sociais de opressão, bem como à construção de novas relações sociais (BARRETO; PAULA, 2013; MARINHO; GONÇALVES, 2016). O empoderamento ganha espaço num contexto de mudança e de desenvolvimento social e político, que visa a promover a equidade entre os indivíduos, assim como melhorar a qualidade de vida através de suporte mútuo entre: cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

De acordo com Fazenda (2003, p. 2), o principal objetivo do empoderamento é corroborar para que pessoas sujeitas a situações de discriminação e de exclusão participem de grupos afins a suas demandas. Já para Rodrigues & Santos (2001, p.238), o empoderamento serve para capacitar as pessoas para processos decisórios, tanto no individual como no coletivo. Visa-se a dar significado à autoridade pessoal para fazer mudanças em seu meio, assim como na forma como esse poder deve ser exercido. Ou seja, o empoderamento pode ser definido como um conjunto de procedimentos que buscam a interação e o envolvimento das pessoas, de modo a impulsioná-las a tomar iniciativas e a interferir com ações conscientes no processo produtivo. Assim, as organizações que utilizam o processo de empoderamento se beneficiam, pois as “pessoas empoderadas são mais comprometidas, motivadas, criativas e com espírito de cooperação, de compartilhamento da missão, metas e interesses organizacionais”. Ademais, a “abordagem de equipes torna as organizações mais flexíveis e ágeis ao ambiente global e competitivo” (MAFACIOLLI; DIEHL, 2018, p.7).

Em face do exposto, pode-se concluir que o termo empoderamento possui significado multifacetado, apresentando-se como um processo dinâmico, que envolve aspectos cognitivos, afetivos e de conduta. Tal processo é apresentado a partir de dimensões vivenciais, em três níveis: psicológico ou individual; grupal ou

organizacional; e estrutural ou político. O primeiro possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, além de práticas solidárias e de reciprocidade. O estrutural favorece e viabiliza o engajamento e a participação social na perspectiva da cidadania (BARRETO; PAULA, 2013; BERNARDES, 2018; KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016; MARTINS, 2003; TREMBLAY; GUTBERLET, 2010; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

No entendimento desta pesquisa, os momentos de capacitação devem se tornar cotidianos, com metodologias ativas, fundamentadas numa concepção crítica das relações humanas, de maneira a inspirar uma prática educativa transformadora e participativa, centrada na construção do conhecimento e na aprendizagem de conteúdos vivos, significativos e atualizados, que levam ao empoderamento (BARRETO; PAULA, 2013; MARINHO; GONÇALVES, 2016)

De acordo com Fazenda (2003) e Marinho & Gonçalves (2016), as práticas de empoderamento podem ser aplicadas em diferentes áreas, como: minorias étnicas e migrantes, mulheres, desempregados, sem-abrigo, doentes mentais, vítimas de violência ou abuso sexual, entre outros. Por conseguinte, busca-se a promoção dos direitos de cidadania, o desenvolvimento sustentável e a intervenção comunitária.

No caso em estudo, a classe dos catadores compõe-se de membros que vivem à margem da sociedade. Para eles, os direitos alcançados devem ser defendidos e exercidos diariamente, com o objetivo de desencadear um processo de conscientização mediante a tomada de consciência da realidade. Assim, tais indivíduos terão condições para se libertar das estruturas sociais opressoras, superando a situação de seres invisíveis à sociedade.

No próximo capítulo, será abordado e contextualizado o trabalho com o lixo, desde os trapeiros no século XIX até os catadores de materiais recicláveis dos dias atuais. Retratar-se-á também o histórico dos lixeiros, que são responsáveis pela coleta dos lixos/rejeitos/recicláveis das habitações.

## 2 O TRABALHADOR DO LIXO: CATADORES/RECICLADORES/AGENTES AMBIENTAIS/LIXEIROS

Neste capítulo, será apresentada uma breve história sobre a figura do catador, com o objetivo de caracterizar este relevante agente da reciclagem de resíduos. Em sua obra “A história dos catadores no Brasil”, Antônio de Pádua Bosi (2016) ressalta que a história do catador caminha junto com a da reciclagem/reuso de materiais. A reciclagem não teve início por questões ambientais, mas sim por questões financeiras, tornando-se atividade comercial a partir dos séculos XVIII e XIX (BOSI, 2016). A pobreza foi o principal motivo a levar as pessoas a reutilizarem materiais e coletarem restos para a reciclagem, com o objetivo de capitalização de recursos.

O reaproveitamento do lixo é uma prática comum desde a Antiguidade Clássica, quando o reuso de utensílios domésticos e de ferramentas de trabalho já ocorria (BOSI, 2016). Já no XVIII, em Paris, era comum encontrar trapeiros circulando pela cidade à procura de trapos para abastecer as fábricas de papel. Quanto mais se aproxima do tempo presente, mais a reciclagem se vincula ao sistema capitalista, dentro do qual as relações sociais existentes foram transformadas em relações mercantis (BOSI, 2016).

Analisando a história dos trabalhadores do lixo, é possível diferenciar o histórico específico do catador de material reciclável, informal, daquele que se convencionou chamar, no Brasil, de lixeiro (que faz a coleta ou remoção do lixo urbano). Diferentemente dos catadores, a profissão de coletor de lixo (ou lixeiro) teve seu marco inicial em limpezas urbanas em cidades francesas e inglesas. A profissão era exercida por homens e mulheres em situações de desprestígio social, como prisioneiros e pessoas em situação de miséria.

No século XVI, tais trabalhadores foram denominados de “*scavage*”, que, com o passar do tempo, tornou-se *scavenger* (vasculhador), um substantivo próprio para designar as pessoas empregadas na remoção de lixo e de dejetos despejados nas ruas. Esse termo, aliás, era empregado para denominar animais carniceiros – urubus, hienas, lobos e demais espécimes que se alimentam de carne apodrecida (BOSI, 2016). “De qualquer modo, a equivalência entre pessoas nessa condição e animais nos dá uma dimensão autêntica da discriminação que pesava sobre e contra aquele tipo de trabalho” (BOSI, 2016, p. 22). Esta situação indica uma dupla desvalorização



e preconceito em relação a esse trabalhador pobre, que lida com os restos dos outros, o que é análogo ao que acontece com o catador que trabalha informalmente.

Desacreditando socialmente, esse trabalhador pobre e já bastante difamado vê-se obrigado a lidar com mais um estigma. Manusear o lixo dos outros é visto coletivamente como um defeito irreparável, uma falha social, uma cicatriz indisfarçável (BOSI, 2016, p.23).

O preconceito instaurado permanece presente no cotidiano do trabalhador do lixo, notadamente dos catadores de materiais recicláveis. Bernardes (2018, p. 52) afirma que os catadores se encontram entre os trabalhadores socialmente mais pobres, “talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade brasileira quanto os catadores de recicláveis”. Por isso, buscar meios para sua sobrevivência no lixo acaba por contribuir para a marginalização desses indivíduos, que, por procurar materiais recicláveis nesses espaços, a sociedade, muitas vezes, os confunde com mendigos.

De acordo com Costa (2017), o trabalho de catador no Brasil é marcado pela sua importância e, ao mesmo tempo, pela invisibilidade destes indivíduos pela sociedade. Os catadores são seres que vivem à margem da sociedade, invisíveis ao sistema capitalista. Essa categoria é formada por trabalhadores que já tiveram outras profissões, as quais não mais puderam exercer, seja pela determinação do mercado, seja por incapacidade física ou envelhecimento (BOSI, 2008). Os catadores compõem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não mais encontram lugar no mercado de trabalho formal (IPEA, 2012).

Os catadores geralmente se encontram na situação de excluídos e são indivíduos frequentemente reprimidos e rejeitados pela sociedade. Esse menoscabo está associado às dificuldades do exercício de coleta, fator que contribui para a exclusão social (BORTOLI, 2009). De acordo com Bosi (2016, p.29) “de todo modo que se olhe para esses catadores se enxerga uma ocupação destituída de prestígio e associada à sujeira. Tal ponto de vista geralmente costumava ser partilhado por patrões e empregados”. Para Costa (2017, p.43), o catador vive à margem da sociedade e sobrevive de suas sobras. Transita pelos centros urbanos de maneira quase invisível, desenvolvendo importante papel no processo de coleta de resíduos sólidos urbanos.

De modo geral, até as décadas de 1840 e 1850, “a reciclagem era uma prática exercitada com frequência por pobretões de todo tipo, uma ferramenta importante em seu repertório de sobrevivência”. Nessas mesmas décadas, surgiram as primeiras fábricas de papel, que utilizavam restos de panos na confecção do papel, assim como a utilização de ferro descartado na usinagem e confecção de novas mercadorias. Iniciou-se, então, uma alteração no modo de ver e tratar o lixo (BOSI, 2016, p.28).

No século XIX, com a ascensão do capitalismo, o lixo passou a ter outro sentido. Deixou de ser algo inútil e sem valor, para algo com valor industrial. Passou a ser associado à produção industrial e, conseqüentemente, a um trabalho naturalizado, visto ser algo ainda mais necessário e rentável que a coleta de rejeitos orgânicos e de panos (BOSI, 2016, p.28).

No Brasil, há um vazio histórico quando se trata de catadores/trapeiros, sem sinais visíveis destes trabalhadores em jornais e documentos municipais. O começo do século XIX, que marca o início do mercado de recicláveis – embora ainda bastante incipiente no país – também não acusava a presença dos catadores. “Provavelmente foram vistos diluídos em meio aos mendigos e aos vagabundos nas grandes cidades da época” (BOSI, 2016, p.30). A primeira referência aos trapeiros foi no século XX, quando “Paulo Barreto, conhecido por João do Rio, autor de crônicas sobre o povo mais simples e humilde do Rio de Janeiro, passou a abordar pequenas profissões em suas crônicas, apresentando as profissões invisíveis e extremamente necessárias” (BOSI, 2016, p.30).

Somente muitas décadas depois, em 2002, os catadores de materiais recicláveis tiveram sua atividade profissional reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nozoe et al. (2003) indicam que esse ofício se concretizou em situações de profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro, as quais resultaram nem uma diminuição do nível de emprego e de postos formais de trabalho. Como consequência, ocorreram profundas alterações no sistema ocupacional, tendo, como efeito colateral, o desaparecimento de diversas profissões, bem como a redefinição e o surgimento de outras. Desta maneira, muitos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho encontraram, nesse serviço, uma saída para o desemprego.

Os catadores não escolhem sua ocupação, apesar da importância social e ambiental dessa atividade. Ambiguamente, vivem do lixo, mas sonham em realizar outros trabalhos (BERNARDES, 2018, p.65).

Bosi (2016, p. 16) destaca que “toda a cadeia de recicláveis no Brasil é movimentada por trabalho precário e informal, e todo material descartado e recolhido é processado por multinacionais”. De modo geral, os catadores são explorados pelos comerciantes intermediários para quem entregam seus materiais a preços inferiores aos praticados no mercado (IPEA, 2012). Isto ocorre com catadores autônomos/individuais, que não possuem quantidade significativa de material para negociar melhores preços ou negociarem diretamente com as fábricas (BATISTA, 2014). Uma das características marcantes dos catadores é o baixo poder aquisitivo, que lhes acarreta uma urgência na venda de materiais, algo exemplificado na obra “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” (JESUS, 1960), em que a autora e catadora de material reciclável Carolina Maria de Jesus retrata o seu cotidiano, expondo que a renda obtida na coleta era gasta no mesmo dia, com comida e demais necessidades.

Com a intenção de encontrar melhores condições de trabalho e dignificação de suas atividades, os catadores de materiais recicláveis começaram a se organizar coletivamente em associações e cooperativas de trabalho. Rodríguez (2012) afirma que os catadores encontraram, nas estratégias econômicas coletivas, uma alternativa para “seguir em frente”. Para Calderoni (1998), a organização dos catadores em associações/cooperativas permite uma melhora nos ganhos destes trabalhadores em relação ao trabalho de catação de rua e fortalece as negociações com indústrias/intermediários que compram o material reciclável. Ao se associarem, os catadores passam a trabalhar em galpões estruturados para a separação dos resíduos e em tarefas de pré-beneficiamento dos materiais. Ressalva-se, contudo, que, mesmo em municípios onde já existem galpões de reciclagem e coleta seletiva oficial, uma parcela considerável dos resíduos recicláveis ainda é coletada por catadores de rua e revendida a intermediários (COSTA, 2017).

Os catadores encontram, nas associações/cooperativas, uma alternativa tanto para combater o preconceito contra si como para ter uma melhora na renda e na qualidade de vida. Em 2010, havia 1100 associações/cooperativas, nas quais cerca de 50 mil dos 500 mil catadores brasileiros eram cadastrados, o que representa que 10% que já faziam parte de alguma organização há quase uma década (IPEA, 2012).

Outra característica marcante das associações é a presença majoritária de mulheres entre os trabalhadores nos galpões de triagem. De acordo com Martins (2003) e Bernardes (2018), esse fato está relacionado ao aspecto de maior taxa de

desemprego entre a População Economicamente Ativa (PEA), do sexo feminino, em regiões metropolitanas. Tal dado está relacionado à flexibilidade dessa ocupação, assim como à dificuldade de retorno ao mercado de trabalho formal após a gestação (MAAS, 2017; MARTINS, 2003; BERNARDES, 2018). As mulheres se sentem mais seguras trabalhando de maneira coletiva e, se precisarem, podem levar os filhos juntos à associação, os quais, muitas vezes, começam a trabalhar no galpão, repetindo o mesmo ciclo de seus pais.

Bernardes (2018) conclui que a escolarização representa apenas uma remota chance de evolução social, não sendo incorporada às expectativas dos catadores. Assim, a maioria dos filhos de catadores não frequenta a escola, pois não é vislumbrada uma possibilidade real de melhora de vida por meio da escolarização.

Os catadores geralmente são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis (BERNARDES, 2018). São, com frequência, expostos a diversas situações indignas, seja nas ruas, como já citado, seja nos lixões. Essas condições precárias de trabalho ocorrem pelo fato de eles estarem em contato direto com rejeitos em lixões, aterros e ruas. Isso contribui para uma situação de informalidade, que torna vulneráveis tais indivíduos, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (COSTA, 2017, p. 63).

Até então, quando não havia normatização, esses indivíduos eram impelidos a atuar informal e isoladamente, submetidos a um trabalho insalubre, sem vínculo empregatício ou renda mensal fixa, nem direito trabalhista. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, fortaleceu a atividade dos catadores por auxiliar no reconhecimento da profissão e por estimular a organização em associações e cooperativas. Além da economia energética e da redução dos impactos ambientais associados ao processo de reciclagem, ressalta-se a geração de um número significativo de empregos formais/informais na técnica de reciclagem (FIGUEIREDO, 2015).

Em algumas cidades, esses trabalhadores vêm experimentando, por parte do poder público e da sociedade, uma transformação e um reconhecimento por seus serviços.

De acordo com Martins (*apud* NEVES, 2013, p. 125)

[...] as municipalidades contribuem na formação e funcionamento das associações de catadores de alguns modos: com a cedência de espaços para instalação de galpões de triagem, e com equipamentos básicos para realização das atividades; com o fornecimento de resíduos recicláveis; com a isenção de pagamento de taxas, como água e luz, com capacitação e assessoria aos catadores.

Outro auxílio oferecido pelo poder municipal e por empresas é em relação a cursos de otimização de serviços e da própria organização dos trabalhadores. No caso da mesorregião Oeste paranaense, a capacitação dos catadores é realizada com o financiamento de cursos, bem como dos deslocamentos para reuniões promovidas pela Itaipu, pelo MNCR e pelo Instituto Lixo e Cidadania. Tais parcerias objetivam a qualificação do funcionamento das atividades desenvolvidas pelas organizações de catadores (NEVES, 2013). Assim,

percebe-se, efetivamente, que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade com uma nova categoria ocupacional ou "profissional" leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas, também, os aspectos de "resgate" social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela importância que representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente (BERNARDES, 2018, p. 65).

Os catadores vêm de um histórico de preconceito social e de um conflito socioambiental que confronta o trabalho desses sujeitos, na triagem e separação dos resíduos da cidade, com a marginalidade e a exclusão social a que são expostos. Parece certo afirmar que “a pobreza e o desemprego estruturais, verificados ao longo dos séculos XX e XXI até hoje, os tornaram um elemento dominante no circuito da reciclagem” (BOSI, 2016, p.28). Em crises econômicas ou em períodos de escassez de recursos, aumenta a quantidade de pessoas desempregadas, elevando, assim, a quantidade de trabalhadores com o lixo (NEVES e MENDONÇA, 2016, p. 155). A quantidade de catadores de materiais recicláveis é variável, sendo alterada de acordo com a economia nacional (IPEA, 2012). Nas crises econômicas, tende a aumentar a quantidade de catadores. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que são mais de 500 mil catadores em todo o país.

No próximo capítulo, empírico, apresenta-se resultados e discussão desta dissertação sobre o empoderamento de catadores em municípios da microrregião de Toledo, Paraná.

### **3 PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E COLETIVO E OS RESULTADOS DESTE PROCESSO**

Conforme já abordado nesta pesquisa, o empoderamento pode ser definido como todo o aumento de poder – individual ou grupal –, em diferentes tipos de relações, com o objetivo minimizar as discrepâncias entre dominado e dominador, buscando igualar essas relações. Sob esta ótica, é preciso ressaltar o impacto, na vida dos catadores, das práticas de desenvolvimento pessoal e coletivo – cursos, palestras, eventos e aperfeiçoamentos – vivenciadas nas associações/cooperativas.

No geral, são abordados temas relacionados ao trabalho, à vivência em sociedade, à autoestima e a noções básicas de direito (envolvendo, violência doméstica e preconceitos nos geral). Essas ações ocorrem de maneira coletiva e contribuem diretamente para o processo de empoderamento individual. Reforça-se, portanto, a importância da criação destas organizações, visto que elas viabilizam tanto as práticas quanto o processo de formação do empoderamento.

Ao longo das entrevistas, percebeu-se que o principal incentivo para criação de tais associações/cooperativas derivou do subprograma Coleta Solidária, que faz parte do programa Cultivando Água Boa, uma ação de gestão ambiental, criada em 2003, pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esse programa compõe-se de 20 subprogramas, 70 projetos e 108 ações de responsabilidade socioambiental. Dentre os subprogramas, encontra-se o de sustentabilidade de segmentos vulneráveis, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento de setores que estão à margem da sociedade. Assim, no subprograma Coleta Solidária, buscam-se soluções para um problema da atualidade: o resíduo sólido (ITAIPU, 2021; OSTROVSKI, 2016). O principal objetivo do Coleta Solidária é aumentar a renda dos catadores de materiais recicláveis, formar cooperativas e transformar a atividade em profissão.

O Coleta Solidária busca viabilizar e desenvolver práticas de responsabilidade socioambiental por meio de parcerias junto a entidades governamentais e não governamentais, tais como instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, agentes ambientais, dentre outros. A Itaipu e o MNCR atuam desde a fundação das

associações/cooperativas, instruindo os catadores, com cursos e palestras, a se organizarem enquanto associados (SANDRI, 2020). Dentre as metas propostas para manejo de resíduos, propõe-se o apoio a associações, a cooperativas e a catadores, de forma a elevar a autoestima destes, permitindo sua inserção na sociedade (ITAIPU, 2019; OSTROVSKI, 2016). Possibilita-se, então, que os catadores saiam das ruas e passem a trabalhar em local estruturado, com condições para o desenvolvimento pessoal e para o auxílio na superação da pobreza (BARRETO; PAULA, 2013; KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016).

O Coleta Solidária iniciou-se no município de Foz do Iguaçu, por meio da doação de carrinhos e de uniformes, bem como da realização de oficinas de capacitação. Com o sucesso obtido nesse município, o subprograma foi expandido aos demais da Bacia do Paraná 3 (ITAIPU, 2019).

Desde o ano de criação do programa Cultivando Água Boa e seus subprogramas, como o Coleta Solidária, foram formadas associações/cooperativas de catadores nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, em parceria com as prefeituras. No ano de 2022, o programa abrange 55 municípios (54 no Oeste do Paraná e um no Mato Grosso do Sul) (ITAIPU, 2019; OSTROVSKI, 2016). As entrevistas confirmam que todas as associações/cooperativas foram criadas em parcerias com as prefeituras locais e a Itaipu, por intermédio do subprograma Coleta Solidária (Tabela 1).

Nos primeiros meses da pandemia de Covid 19, a Itaipu disponibilizou às associações cestas básicas e materiais de higiene e limpeza comprados com parte do fundo de auxílio eventual, concedido pela Itaipu. Alguns autores, como Bernardes (2018) e Martins (2003), destacam preocupação quanto a agentes externos que buscam auxiliar no processo de empoderamento, com soluções de assistencialismo, pois isso não resolveria o problema, visto ser uma solução apenas temporária, enquanto o verdadeiro processo de empoderamento deve ser algo permanente.

<b>MUNICIPIÓ</b>	<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>PARCERIAS</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>ASSOCIADOS</b>
Nova Santa Rosa	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	Prefeitura/Itaipu	2014	
Assis Chateaubriand	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	Prefeitura/Itaipu	2011	22
Pato Bragado	Associação Bragadense de Catadores (ABC)	Itaipu	2020	9
Diamante do Oeste	Associação dos Catadores Brilha Diamante	Itaipu	2018	11
Formosa do Oeste	Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	Prefeitura/Itaipu	2020	8
Iracema do Oeste	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO)	Prefeitura/Itaipu	2020	5
Jesuítas	Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ)	Prefeitura/Itaipu		
Marechal Cândido Rondon	Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR)	Prefeitura/Itaipu	2004	33
Mercedes	Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	Prefeitura/Itaipu	2018	12
Palotina	Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	Prefeitura/Itaipu		22
Santa Helena	Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	Prefeitura/Itaipu	2003	67
São José das Palmeiras	Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	Itaipu	2019	5
São Pedro do Iguçu	Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguçu (ACARESPI)	Itaipu		9
Toledo	Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	Prefeitura/Itaipu	2005	
Entre Rios do Oeste	Associação Entrerriense se Catadores (ASEC)	Prefeitura/Itaipu	2011	6



Terra Roxa	Associação de Catadores de Terra Roxa (ACARTERRA)*	Associação sem presidente no momento das entrevistas.
Guaíra	Local da associação não encontrado	
Maripá	Associação em processo de formação	
Ouro Verde do Oeste	Não tem associação de catadores	
Quatro Pontes	Sem resposta	
Tupãssi	Sem resposta	
*Não respondido		
**Associação sem presidente no período em que as entrevistas foram realizadas		

Tabela 1 – Informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

Em relação às parcerias das associações/cooperativas com as prefeituras locais, pode-se analisar, nas entrevistas, um problema enfrentado por associações mais antigas, e que as novas, infelizmente, vão vivenciar: a troca de prefeitos. Os contratos das associações/cooperativas com as prefeituras são flexíveis e não obrigatórios, o que resulta em constante ameaça. Assim, Valdevino, um dos entrevistados, ressalta que deveria haver uma lei que obrigasse as prefeituras a pagar às associações o valor referente ao material que a organização impede que vá para o aterro; mas, “como não é lei a gente fica na mão do prefeito”.

As associações/cooperativas pertencentes à microrregião de Toledo que aceitaram disponibilizar dados sobre sua criação para a pesquisadora tiveram sua formação a partir de 2003. Neste ano, surgiu a primeira, no município de Santa Helena. No ano seguinte, surgiu outra em Toledo. As associações criadas mais recentemente são as de Pato Bragado, Formosa do Oeste e Iracema do Oeste, formadas no ano de 2020. Os presidentes das associações de Jesuítas, Palotina e São Pedro do Iguaçu não souberam informar o ano de criação das respectivas associações.

A quantidade de associados/cooperados varia de acordo com a dimensão populacional do município. A título de exemplo, a Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena tem 67 associados, enquanto na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste e na Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis, há apenas 5 em cada uma. Além disso, a quantidade de trabalhadores nas associações/cooperativas sofre grande rotatividade, pois, geralmente, não são catadores antes de entrarem no grupo. Esta rotatividade está diretamente relacionada a indivíduos que, por necessidade de dinheiro, procuram as centrais de triagem, mas saem quando arrumam outro trabalho. De acordo com a presidente da Associação Bragadense de Catadores, “ocorre o seguinte, chega alguém aqui e fala que tá sem dinheiro pra come, cheio de filho, aí gente se reúne e arrumamos vaga pra ele, passa um tempo eles arrumam um trabalho que acha que é mió e sai, às vezes não fica 30 dias”. Ela ressalta que a entrada dela na associação ocorreu de maneira semelhante: “Eu catava lá em Foz, aí o fió falo que ia cria associação aqui (Pato Bragado) e que ia paga mió, ai eu vim, eles (trabalhadores que criaram a associação) não sabiam de nada de como funcionava a separação, ai me colocaram de presidente e eu fiquei”. Outrossim, o presidente da Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu acrescenta: “Esse entra e sai é

complicado, porque você ensina a pessoa o trabalho, ai ela sai, tem que ensinar outra e assim segue, de todos que criaram só sobrou eu”. Algumas associações não souberam informar o número de associados no momento da entrevista, sendo elas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa, Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas e Associação de Catadores de Toledo.

A quantidade de pessoas trabalhando com materiais recicláveis é variável e tende a aumentar em períodos de escassez de recursos ou em crises econômicas. Os presidentes das associações que não eram catadores trabalhavam em serviços informais, como pode ser observado na tabela 2. A presidente da Associação dos Catadores Brilha Diamante trabalhava como babá e tinha, entre os presidentes entrevistados, o menor faturamento (R\$ 300,00). No momento da entrevista, a renda dela era de R\$ 1.500,00 mensais, aproximadamente. Entre os trabalhos anteriores realizados pelos presidentes, os que recebiam melhor média salarial eram: a presidente da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste, ex-doméstica; o presidente da Cooperativa dos Agentes Ambientais, que trabalhava na agricultura; o presidente da Associação Mercedense de Agente Recicladores, ex-costureiro; o presidente da Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena, que realizava serviços gerais. Esses quatro presidentes recebiam, em média, um salário mínimo.<sup>1</sup>

<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>Ocupação anterior</b>	<b>Renda anterior</b>	<b>Renda atual</b>
Associação dos Catadores Brilha Dia	Babá	R\$ 300,00	1.500,00
Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	Entregador	R\$ 900,00	R\$ 3.000,00
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO)	Doméstica	R\$ 1.100,00	R\$ 1.500,00
Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ)	Agricultura	R\$ 800,00	R\$ 2.600

<sup>1</sup> Utiliza-se o salário mínimo vigente no Brasil no ano de 2021, R\$ 1.100,00.

Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR)	Agricultura	R\$ 1.100,00	R\$ 2.100,00
Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	Costureiro	R\$ 1.100,00	R\$ 2.400,00
Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	Serviços gerais	R\$ 900,00	R\$ 2.000,00
Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	Serviços gerais	R\$ 1.100,00	R\$ 2.500,00
Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	Serviços gerais	R\$ 900,00	R\$ 1.500,00
Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI)	Serviços gerais	R\$ 600,00	R\$ 1.000,00
Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	Empresa terceirizada de coleta	*	R\$ 1.800,00
Associação Entrerriense de Catadores (ASEC)	Não trabalhava	*	R\$ 1.600,00
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	Catador	R\$ 500,00	*
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	Catador	R\$ 600,00	R\$ 1.800,00
Associação Bragadense de Catadores (ABC)	Catador	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00
* não informado ou sem renda			

Tabela 2 – Ocupação dos catadores anterior a associação.

O presidente da Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste trabalhava como entregador, tendo renda aproximada de R\$ 900,00, passando para uma média de R\$ 3.000,00 mensais, na associação. Portanto, houve um aumento de R\$ 2.100,00 em sua renda mensal. Como pode ser observado no gráfico 1, entre os presidentes entrevistados, quem teve o menor aumento salarial foi a presidente da

Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste, que, como doméstica, ganhava R\$ 1.100,00, passando para R\$ 1.500,00 na associação, ou seja, um aumento de R\$ 400,00.

Gráfico 1: comparativo entre a renda média mensal dos presidentes antes e depois da entrada nas associações/cooperativas de catadores.

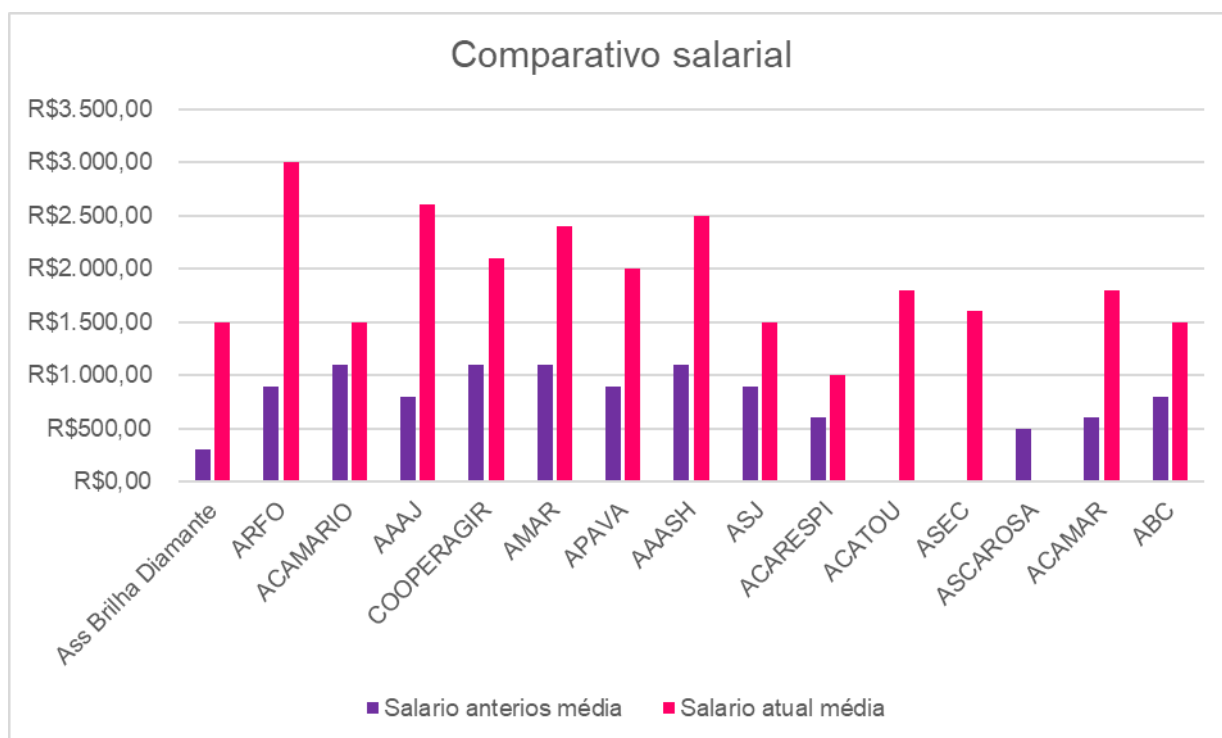


Gráfico 1– Média salarial das associações cooperativas.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

A média salarial das associações/cooperativas é de R\$ 1.914,28, superior ao salário mínimo nacional, que está em R\$ 1.100,00. A média mensal dos associados/cooperados é calculada de acordo com a quantidade de material vendido no mês, mais o valor pago por tonelada pelo município. Deste valor, são subtraídas as despesas da associação e do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) dos trabalhadores. O valor restante é dividido igualmente entre os associados/cooperados. Este cálculo é semelhante em todas as associações/cooperativas, diferenciando em custos e despesas particulares. As associações de Pato Bragado, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras e de São Pedro do Iguazu estavam em processo de contrato com os municípios, por isso não recebem um valor extra por toneladas. Ressalta-se que essas quatro entidades estão em processo de iniciar o pagamento do INSS.

Pode-se observar, na figura 2, que o município com maior média mensal, no período da entrevista, foi o de Formosa do Oeste, que possui parceria com a prefeitura. O valor era de R\$ 3.000,00. Já aquele com a menor média (R\$ 1.000,00) foi o de São Pedro do Iguçu, que não possui parceria com o município. A presidente da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa não soube informar o valor médio recebido.

Como pode ser observado na figura 2, 60% das associações entrevistadas são lideradas por mulheres. Tal dado está diretamente ligado à flexibilidade desse ofício, assim como à dificuldade das mulheres em voltar ao mercado de trabalho formal após a gestação (MAAS, 2017; MARTINS, 2003; BERNARDES, 2018). Desta maneira, elas se sentem mais seguras trabalhando de maneira coletiva e, caso seja necessário, podem levar os filhos à associação. Todos os presidentes das associações possuem filhos em diferentes faixas etárias.

Gráfico de porcentagem de presidentes mulheres e homens das associações/cooperativas.

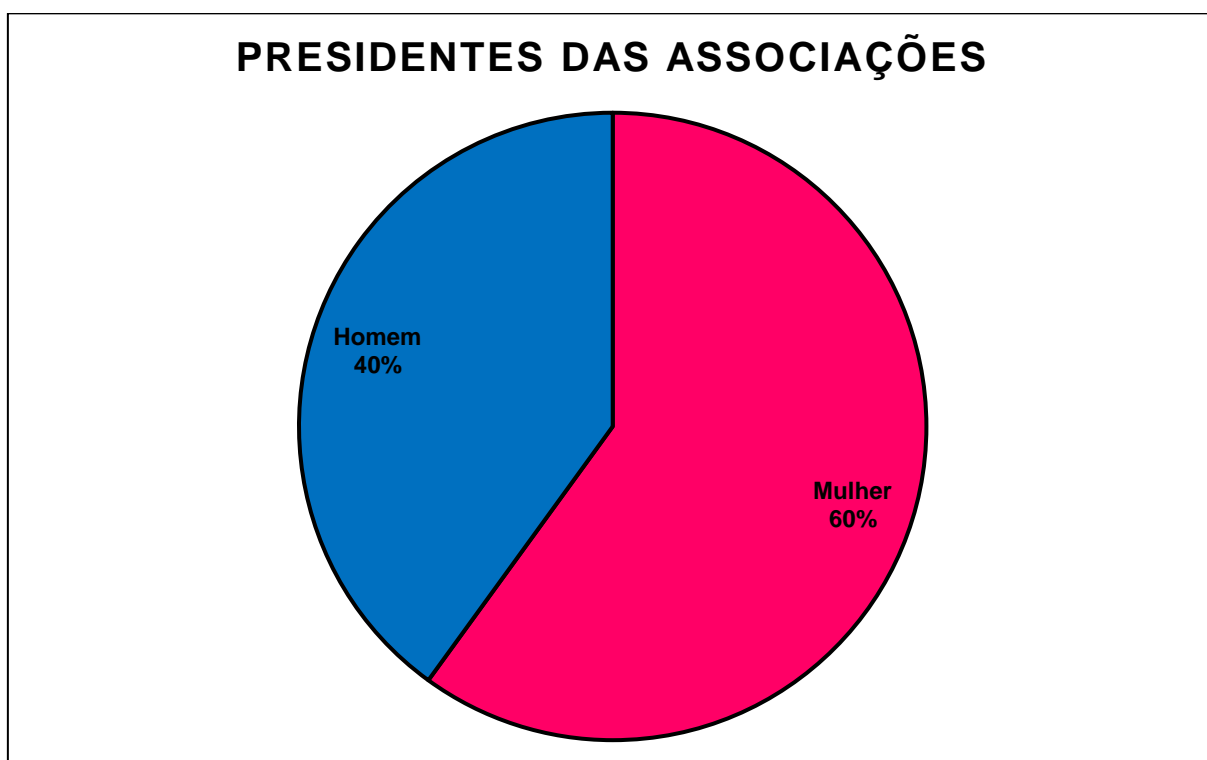


Gráfico 2 – Presidentes das associações porcentagem por sexo.  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

Na tabela (Figura 4) a seguir, é possível analisar que a idade média dos presidentes é de 40 anos. O mais novo deles é a presidente Luana, da Associação de Catadores Brilha Diamante, com 21 anos. Com idade mais avançada, tem-se o presidente José, da Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu.

A tabela que segue traz informações obtidas de um técnico em Engenharia Ambiental, contratado pela Itaipu – em todas as associações/cooperativas, aliás, é legalmente requerida a assistência de um profissional dessa área. O referido agente tem a função de manter a parte técnica em ordem, tanto do aterro quanto da central de triagem. Também é responsável por auxiliar na administração da organização, respeitando o papel do presidente. Das 15 associações entrevistadas, em 6 o técnico acompanhou a entrevista; em determinados momentos, respondia às questões que eram destinadas aos presidentes.

<b>Associação</b>	<b>Idade</b>	<b>técnico na entrevista</b>	<b>Presidente</b>	<b>Pretende mudar de emprego</b>	<b>Catador antes da Associação</b>	<b>Aperfeiçoamento</b>
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	50	Não	ativo	não	Sim	Sim
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	35	Não	ativo	sim	Sim	Sim
Associação Bragadense de Catadores (ABC)	54	Sim	Representante	não	Sim	Não
Associação dos Catadores Brilha Diamante	21	Não	ativo	sim	Não	Não
Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	38	Sim	Representante	não	Não	Não
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO)	44	Não	Representante	não	Não	Não
Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ)	37	Não	ativo	não	Não	Não



Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR)	51	Não	ativo	não	Não	Não
Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	47	Sim	Representante	não	Não	Não
Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	44	Sim	Representante	não	Não	Não
Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	*	Não	ativo	não	Não	Sim
Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	23	Sim	Representante	sim	Não	Não
Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI)	58	Sim	Representante	não	Não	Não
Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	*	Não	ativo	não	Não	Sim
Associação Entrerriense se Catadores (ASEC)	30	Não	ativo	não	Não	Sim
*sem resposta						

Tabela 3 - informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas.  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

A tabela a seguir diz respeito ao cargo de presidente e suas funções. As associações/cooperativas marcadas como “ativo” significa que, nelas, o presidente atua diretamente na administração, negociando com compradores de materiais, resolvendo atritos entre associados, representando a associação sempre que necessário, entre outras funções. A divisão marcada como “representante” indica que a função de presidente é reduzida mais à representação do que a outras atividades (que são realizadas pelo técnico).

Gráfico sobre a porcentagem de presidentes das associações que possuem funções ativas e de representação.

### Funções dos presidentes

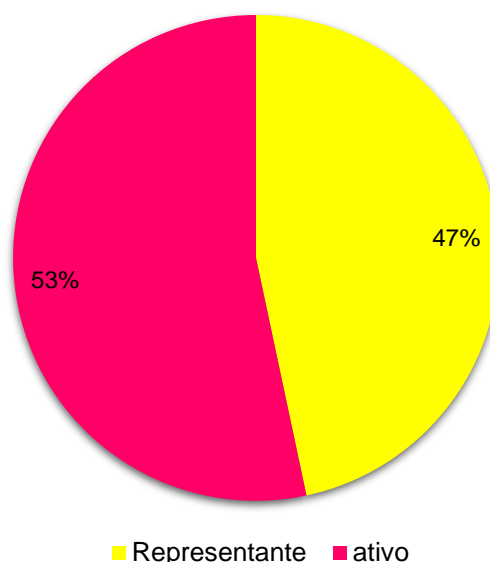


Gráfico 3 - Porcentagem de presidentes com cargos ativos e de representação  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

Ao serem questionados sobre a vontade de trocar de emprego, apenas três presidentes responderam positivamente; os outros quinze pretendem trabalhar na associação/cooperativa até se aposentarem. A presidente Rosângela, da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis Chateaubriand, está fazendo um curso de secretariado e pretende trabalhar nessa função. A presidenta Luana, da Associação dos Catadores Brilha Diamante, possui curso de empilhadeira e tenciona mudar para esse segmento. O presidente da Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis possui curso de prensa, já trabalhou anteriormente nessa função e não descarta a possibilidade de retornar a ela, caso surja uma oportunidade de emprego com salário superior ao da associação.

Gráfico sobre a porcentagem de presidentes das associações/cooperativas que pretendem mudar de emprego.

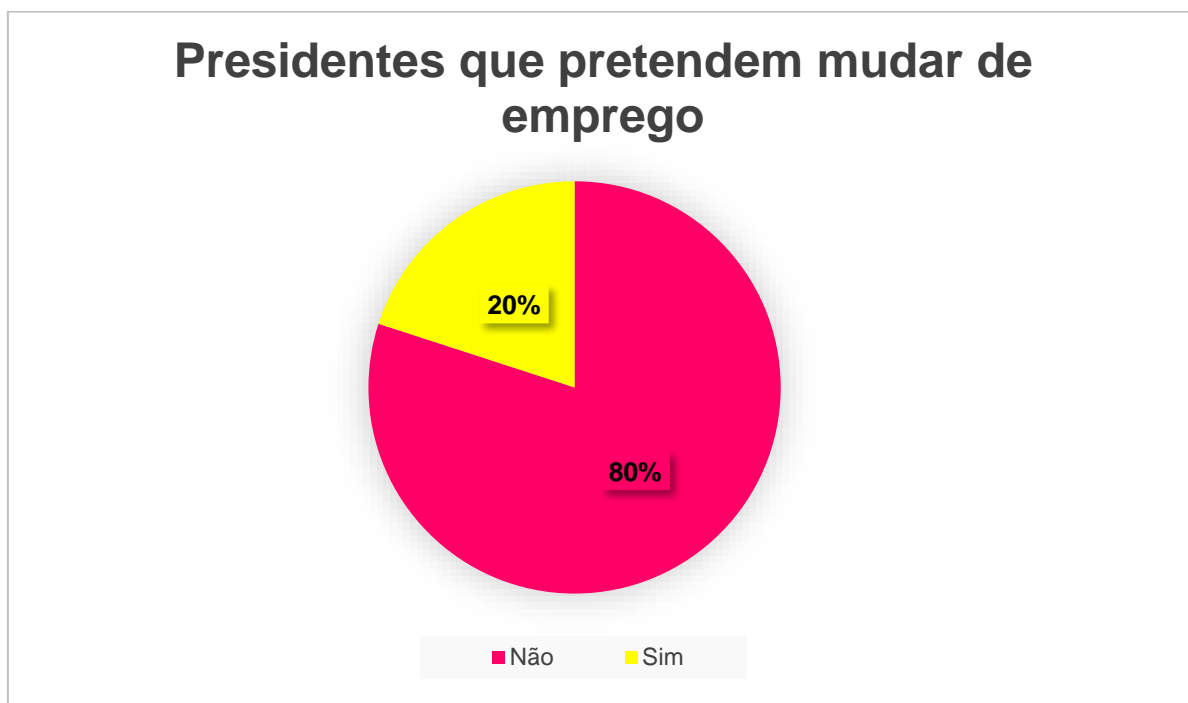


Gráfico 4 - Porcentagem de presidentes que pretendem mudar de emprego.  
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

Dentre os presidentes entrevistados, apenas três trabalhavam com catação antes do ingresso na associação, sendo eles: Romalina, Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA); Rosângela, Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR); Cleusa, Associação Bragadense de Catadores (ABC). A presidente de associação do município de Pato Bragado é a única entre as três que não realizou aperfeiçoamentos, pois a associação foi criada no ano de 2020, durante a pandemia do Covid-19, o que impossibilitou os encontros e cursos presenciais. A presidenta Romalina, 50 anos, não lembra com quantos anos começou a catar materiais recicláveis, mas foi para ajudar nas despesas domésticas. Conforme fala dela,

O meu marido trabalhava numa empresa aí e ganhava muito pouco, como eu tenho oito filhos e eram todos pequenos. O que ele ganhava não dava pra nada, aí eu falei pra ele: você vai fazer um jeito de eu trabalhar, aí achei uma caixa de geladeira e ele fez um carinho e desde aí eu não parei mais.

Rosângela, 35 anos, presidente da ACAMAR de Assis Chateaubriand, é ex-moradora de rua: “Nasci na rua, meus pais moravam na rua”. Não lembra com quem, nem quando aprendeu a catar: “Acho que nasci catando”. A presidente da Associação Bragadense de Catadores de Pato Bragado, 54 anos, trabalhou por anos na agricultura, migrando posteriormente para o ofício de doméstica. Depois, tornou-se catadora e está nessa ocupação há 10 anos. Ela relata que começou a catar por necessidade: “No início, eu morria de vergonha, ia com o meu irmão, mas não gostava não. Com o tempo, eu perdi a vergonha, vi que é um trabalho normal como qualquer outro e com isso eu consegui criar meus filhos”. Ela começou a trabalhar na associação há menos de um ano e ainda não participou de cursos e aperfeiçoamentos.

Dentre as associações pesquisadas, cinco presidentes informaram a participação em cursos e aperfeiçoamentos; destes, quatro passaram informações suficientes para formação de linhas de tempo. Porém, em sua maioria, não souberam informar, com exatidão, as datas/nomes dos eventos de que participaram. Por isso, não serão utilizados nomes específicos de cursos, mas cidades e anos de realização.

Os presidentes se referem aos cursos com temas gerais, tais como: “Curso de formação da associação”; “Curso para trabalhar em equipe”; “Curso para triagem”; “Cursos da Itaipu”, entre outros. Essas capacitações são realizadas com o financiamento da Itaipu e do próprio MNCR, que oferta cursos e custeia o deslocamento para reuniões do MNCR e para a visita a outras associações, com o objetivo de trocas de experiências. Desta forma, esses órgãos promovem ação de contato com pessoas com experiências semelhantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento social, de autoestima e de identidade. Cursos e treinamentos, no geral, são fundamentais para o sucesso de uma boa liderança, que, por sua vez, pode influenciar o empoderamento (BARRETO; PAULA, 2013; KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Em seguida, trabalhar-se-ão as linhas do tempo produzidas, assim como as entrevistas realizadas com os catadores. As entidades escolhidas para a produção dos gráficos foram a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis Chateaubriand, a Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena, a Associação de Catadores de Toledo e a Associação Enterrerriense de Catadores. A razão da escolha está no fato de estas serem as quatro associações mais antigas, nas quais os catadores estão associados a mais tempo.

Na figura 3, apresenta-se a linha do tempo da presidente da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis Chateaubriand, Rosângela.

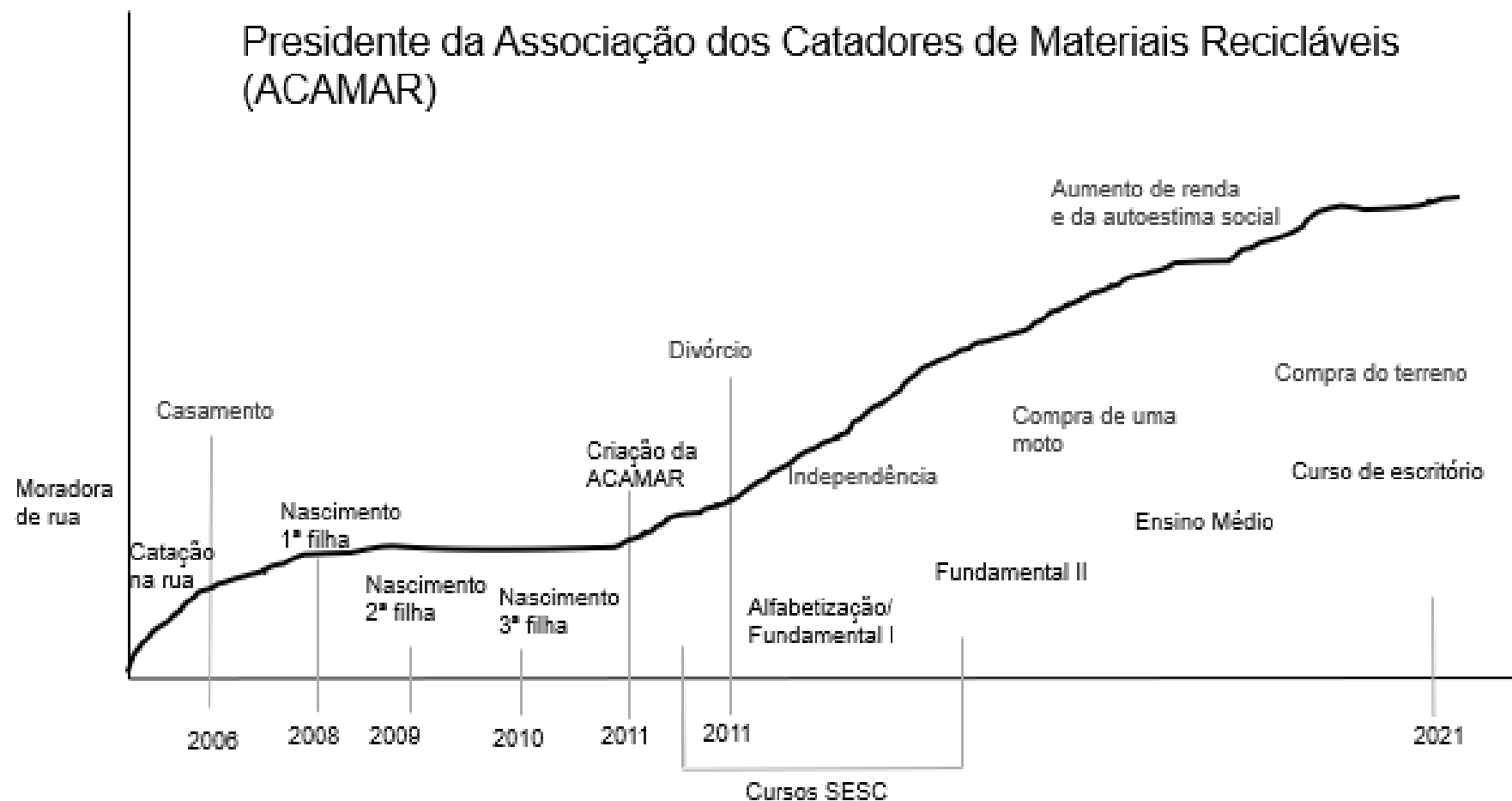


Figura 4 – Linha da vida, Rosângela.

Rosângela, ex-moradora de rua, tem 35 anos e trabalha com a catação de materiais desde criança. Parou de catar quando se casou, como pode ser analisado nesta parte da entrevista:

“Desde que casei tinha parado de trabalhar, ele que bancava a casa, porque eu tive uma filha atrás da outra (10, 12 e 13). Mas começou a faltar as coisas em casa aí comecei a trabalhar aqui, a minha mais nova era bebê ainda [...] quando entrei na associação ele (ex-marido) não queria que eu entrasse, queria que eu fosse trabalhar de doméstica ou outra coisa, ele tem vergonha disso aqui, fala que fede”.

No ano de 2011, Rosângela entrou na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis Chateaubriand

Participou de cursos, eventos e aperfeiçoamentos ofertados pela prefeitura, pela Itaipu, pelo MNCR e pelo Serviço Social do Comércio Paraná (SESC PR). Entretanto, não se lembra dos anos, nem os nomes de cada curso. De acordo com ela,

“Era voltado a tudo, tinha de beleza, de como se organizar para trabalhar em associação, de valorização pessoal. Esses cursos me ajudaram a largar o meu marido, ele me colocava para baixo, falava que cheirava mal”.

Rosângela ressalta que, após a entrada na associação, ficou interessada em apreender coisas diferentes: “Meu marido não me deixava fazer nada, pra ele eu tinha que ficar em casa cuidando das meninas, não precisava aprender a ler, escrever, essas coisas”. Então, alfabetizou-se junto com a filha mais velha, a qual, conforme aprendia na escola, repassava os conteúdos para ela, em casa. Por meio do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conseguiu concluir os Ensinos Fundamental e Médio. Ressalta que, “desde que entrei aqui, eu consegui terminar até o Ensino Médio, comprei cota (terreno)”.

Mediante a associação e os cursos de que participou, conquistou sua independência pessoal e financeira, saindo de um relacionamento tóxico, aprendendo a ler, a escrever e a fazer contas. Pretende mudar de trabalho futuramente, como pode ser analisado nesta parte da entrevista:

Quero estar trabalhando em algum escritório, até pode ser aqui, mas eu já estou cansada, fazer a separação do material cansa. Estou

fazendo um curso de escritório, aprendi a mexer em tudo aqui, eu que faço as planilhas de vendas e de rateio, a técnica ainda me ajuda, mas eu vou para casa e fico estudando, quero aprender tudo.

De acordo com as autoras Kleba & Wendausen (2009), o auxílio de recursos financeiros às organizações resulta no aumento da capacidade de estabelecer e de alcançar os objetivos do empoderamento num tempo futuro (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Neste sentido, uma das conceituações de empoderamento se relaciona ao momento em que as pessoas passam a ter controle sobre os recursos financeiros (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Ao ser questionada sobre sua relação com as pessoas no geral, ela respondeu:

Muito complicada, eles falam que a gente cheira mal. Teve uma vez que eu estava no caminhão e vi um sapato que eu queria, pedi para o motorista esperar e fui ver o sapato. A moça não me deixou entrar, falou que não tinha mais material reciclável, falei que eu queria o sapato, ela falou que eu não ia conseguir comprar e pediu pra eu sair da loja novamente.

Rosângela relata que essa situação ocorreu há muitos anos, logo que ela tinha entrado na associação. Destaca, contudo, que, aos poucos, está melhorando essa relação.

Pode-se analisar que, desde a entrada na referida organização, Rosângela conseguiu sair de uma zona de conforto/desconforto em que estava: o casamento. Dispôs-se, então, a aprender ler e escrever e a concluir a Educação Básica, Fundamental I e II e o Ensino Médio. Nesse mesmo sentido, permanece estudando, com o objetivo de conseguir trabalhar como secretária na própria associação. O ingresso na associação permitiu a ela realizar diferentes cursos e, com a renda mensal, Rosângela conseguiu comprar uma moto e, mais recentemente, um terreno. Os cursos realizados permitiram que ela se aperfeiçoasse profissionalmente e, conseqüentemente, pessoalmente.

Analisando o gráfico como um todo, dá para perceber que ela saiu de uma situação de extrema pobreza, passou por um casamento frustrado e, após a entrar na organização, está em uma situação financeira razoável e independente. Socialmente, ainda encontra preconceitos.



Na figura 4, apresenta-se a linha da vida do presidente da Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena.

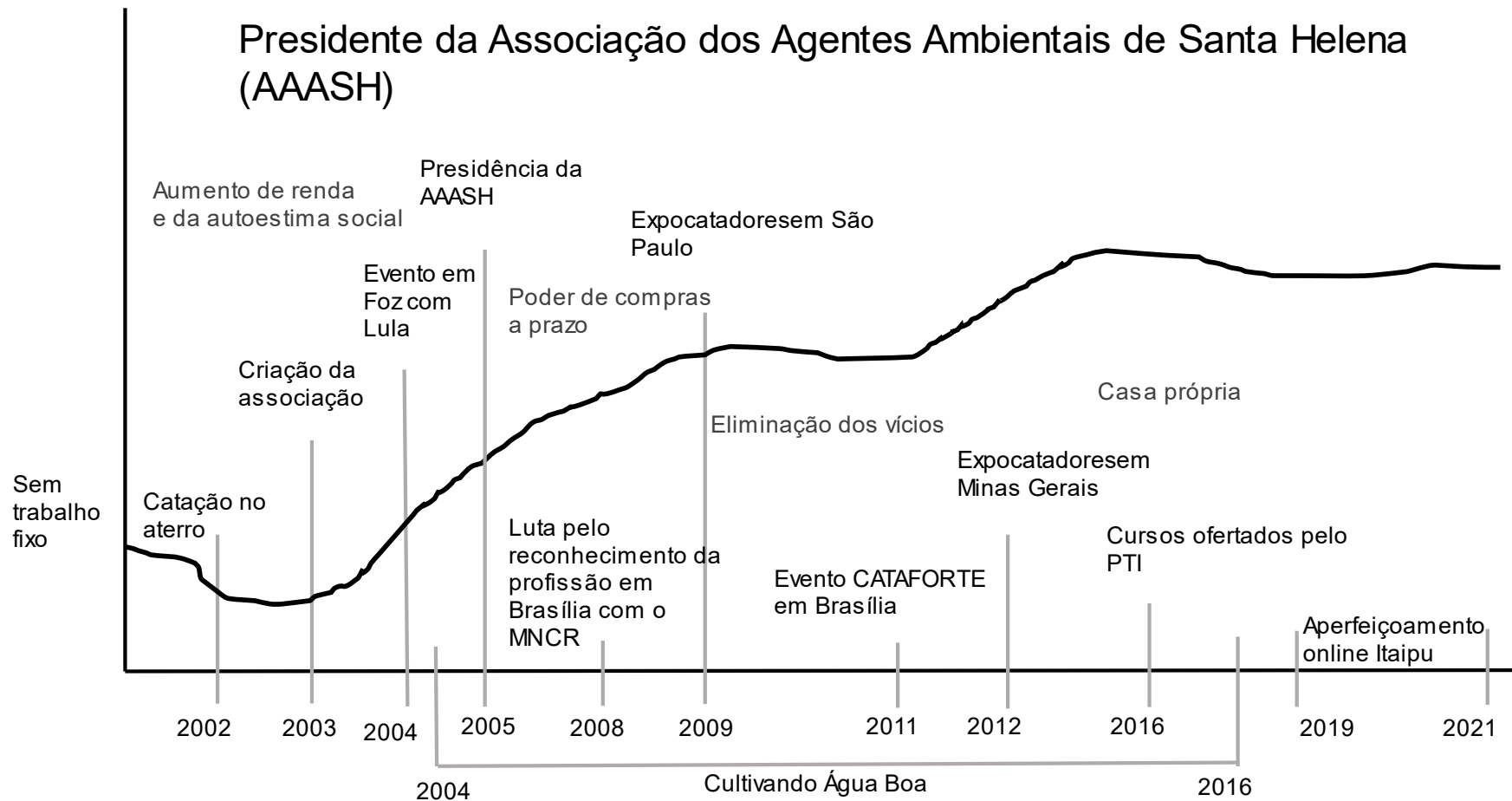


Figura 5 – Linha da vida Valdevino

Valdevino é presidente da AAASH, desde a criação desta, em 2003. Anteriormente, ele não tinha um “serviço fixo”, trabalhava em serviços gerais (pedreiro, motorista, limpeza). “Trabalhava quando tinha serviço, né?! Fazia uns bicos aqui e ali”. A renda não era mensal, pois havia meses em que ficava sem trabalho e, conseqüentemente, sem renda. A esposa, Dona Maria, trabalhava com catação de materiais recicláveis, os quais armazenava em casa até o momento de vendê-los, por preço baixo, a atravessadores.

Quando os Representantes da Secretaria Municipal de Saneamento e da Secretaria Municipal de Agricultura entraram em contato com os catadores autônomos do município, propondo a criação da associação, Valdevino e Maria, o irmão e a esposa, e outros cinco catadores começaram a participar de cursos sobre “Associações de Catadores”, “Trabalho em Equipe”, “Triagem de Materiais”, entre outros. Com base esses cursos, criaram a AAASH

Curso e curso e curso, vish, desde antes de eu entra já tinha curso, e era pago pra nois faze, ganhava tudo pago, ía pra Santa Tereza algumas vezes pra conhecer e entender como funcionava, pra Foz também, perdi as contas de quantas vezes fui pra Foz, agora que parou tudo

Valdevino destaca que, logo após a inauguração da AASSH, foram a um evento em Foz do Iguaçu, onde ele conheceu o ex-presidente Lula e outros artistas nacionais. Outro evento de que o presidente da associação fala com orgulho de ter participado foi uma manifestação em São Paulo, em que ele e outros associados protestaram contra a criação de usinas incineradoras de materiais recicláveis.

Além dos cursos voltados para a área profissional, Valdevino reporta os cursos de desenvolvimento pessoal e social. “Esses curso ai (voltados para trabalho em equipe) eu tinha um certo preconceito, assim, né?! Achava baboseira, ai fui, mas fui obrigado e porque tinha comida de graça e acabei até gostando, aprendi muita coisa, até meu casamento melhorou”. Ele comenta que, por meio dos cursos, ele e a equipe conseguiram entender o papel do presidente, que não o torna o dono da associação, mas sim uma pessoa que representa os interesses do grupo todo:

A gente teve que aprender que não tem como ir todos os associados na prefeitura pedir algo, pra gente ser ouvido tem que fazer as coisas certas, ai faço uma reunião com todos, onde todos podem falam e pedir coisas, ai anoto, né? Vejo se a maioria tá a favor, porque

aqui a gente faz assim, só faz se tem a maioria, e levo lá na prefeitura, as vezes eu consigo o que o pessoal quer as vezes não.

Os catadores, reunidos enquanto organizações sociais comunitárias, fomentam oportunidades com a intenção de desenvolver novas ferramentas, num sentido de confiança e de comunidade, melhorando a vida comunitária (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Ao perguntar sobre marcos da vida pessoal desde a criação da associação, ele destaca a relação familiar, que melhorou com o passar dos anos. Mencionou também a libertação do vício em cigarro e álcool:

assim, os curso que a gente faz pra aprender trabalhar em equipe aqui, não fica só aqui, minha múie e meus três filhos mais velhos trabalham aqui, meu irmão e minha cunhada também, também tenho sobrinhos aqui, então esses cursos melhora nossa vida em família também, outra coisa que começou nessas cursos, que mostrava que fazia mal, mas quem decidiu parar foi eu, com o cigarro e com o álcool, hoje eu não bebo e nem fumo, pra tú vê como eu to mió.

Em relação a vida social, Valdevino comenta que, no início da AAASH, quando eles iam coletar materiais, os lojistas olhavam de modo estranho para eles, achando que eles iam roubar ou pedir esmola. A população, no geral, conhece os trabalhadores da AAASH, por conta do uniforme. Trata-os bem e com respeito. A propósito, ele aproveitou a entrevista para reclamar do fim de determinados cursos e da descontinuação das visitas às centrais de triagem. Para ele, “essa troca de experiência que tinha nas visitas, nos eventos dá até uma esperança, porque a gente vê coisa nova, vê as coisas funcionando”. O presidente também relata o sentimento de admiração dos amigos e conhecidos, que não trabalham com a reciclagem: “Quando a gente voltava dos cursos que eram em outras cidades, o povo ficava falando que a gente tava ficando importante, conhecendo Lula e tudo”.

Ao analisar a linha da vida de Valdevino, observa-se que, profissionalmente, ele saiu de um trabalho que não tinha renda fixa mensal, não pagava INSS, com horários irregulares, para um trabalho mensalmente remunerado, com pagamento e auxílio do INSS. Na vida pessoal, percebe-se que melhorou a relação familiar, além de se libertar dos vícios aludidos, que eram prejudiciais à saúde dele. Na vida social, destaca-se o sentimento de importância vivenciado pelo presidente; sentimento este, relacionado ao aumento da autoestima.

Na figura 5, pode-se analisar a linha da vida da presidente Sirlei, da Associação de Catadores de Toledo.

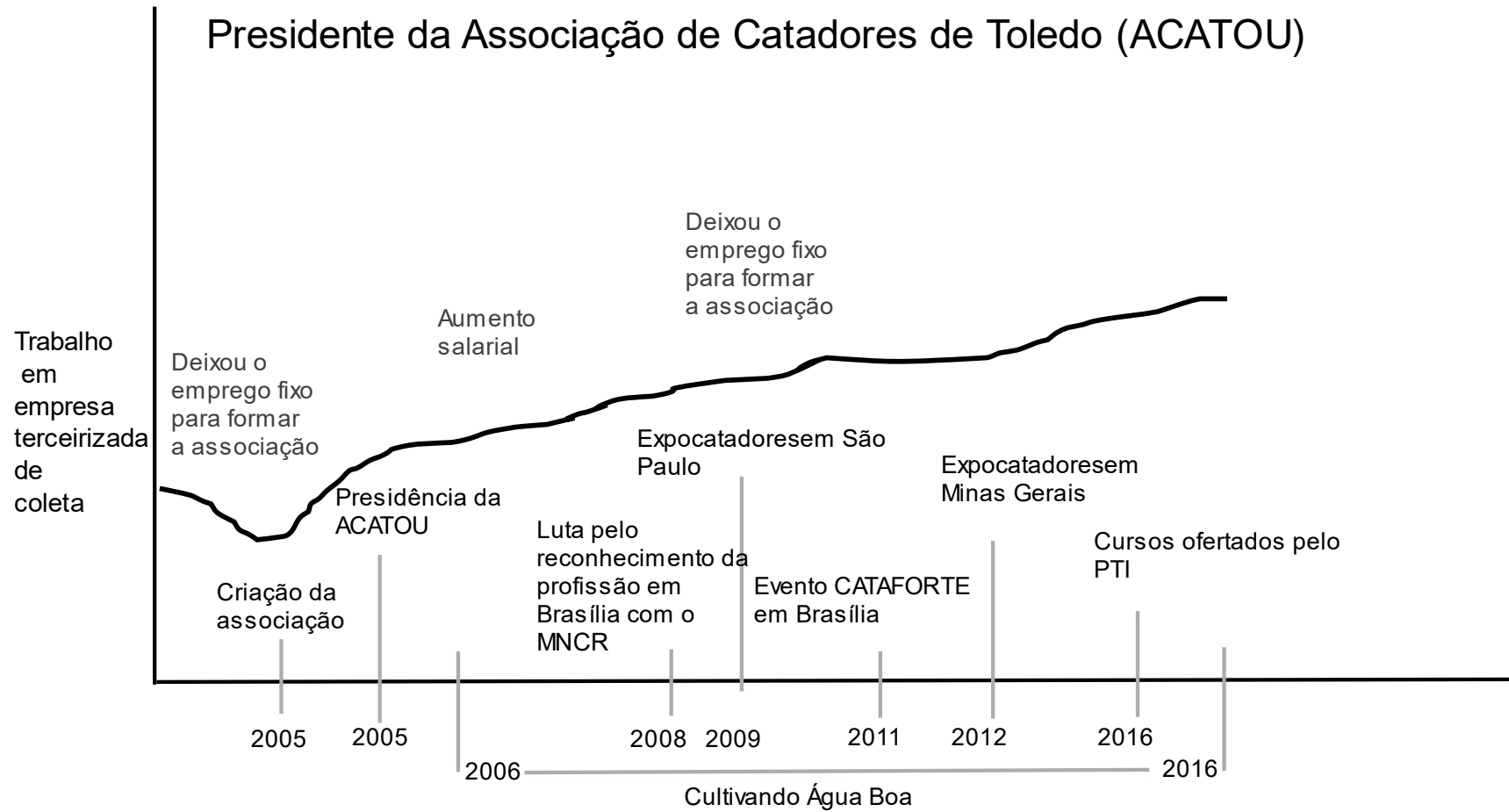


Figura 6 – Linha da vida Sirlei.

Sirlei é presidente da Associação de Catadores de Toledo, desde a fundação desta, no ano de 2005, estando desligada de tal função por apenas dois anos. Trabalha no ramo de reciclagem há 33 anos. Anteriormente, foi funcionária de uma empresa terceirizada de coleta de materiais recicláveis, na mesma cidade.

Durante a entrevista, ela teve muita dificuldade em se lembrar dos cursos e dos eventos de que participou, mas destaca que, em tais ocasiões, percebeu a importância do seu trabalho: “A gente chega lá (Cultivando Água Boa) e é super bem recebidos, um monte de gente vem dar os parabéns pelo nosso trabalho e isso deixa a gente animada”. Ela comenta que já participou de muitos cursos, já deu muitas entrevistas e que, às vezes, se sente cansada; mas pretende trabalhar na associação mesmo depois de se aposentar e que já encaminhou os documentos necessários para a aposentadoria. Em sua fala, pode-se observar como ela se sente bem ao participar dos eventos: “Aprendi muito aqui, aprendi coisas que eu achava que sabia e agora sei que tenho muito ainda a aprender, eu amo ir nos eventos, sempre encontro pessoas novas, ideias novas, que renovam minha energia”.

Na figura 6, pode-se observar a linha da vida da presidente Karina, da Associação Enterrriense de Catadores, de Entre Rios do Oeste.

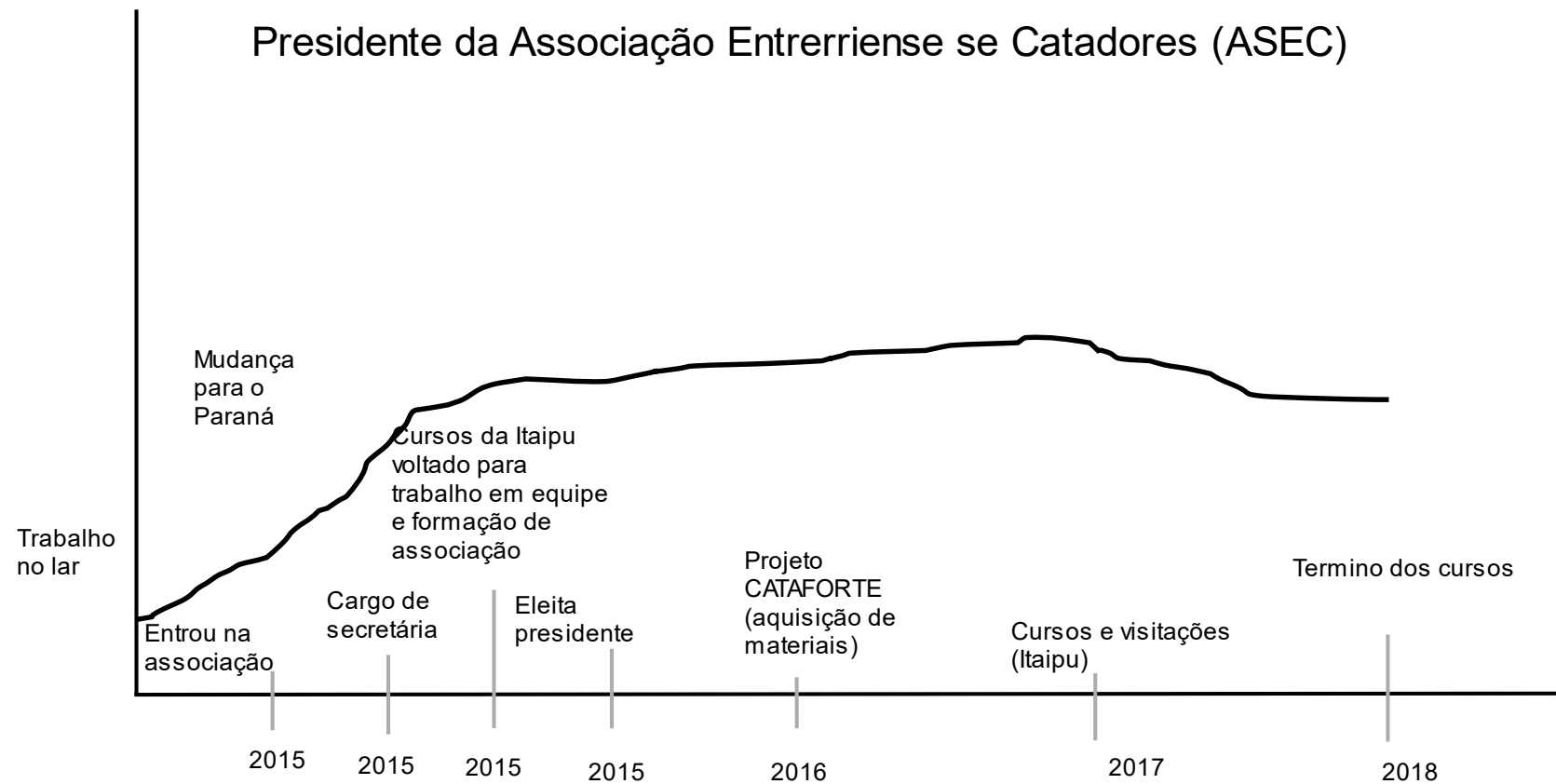


Figura 7 – Linha da vida Karina.



Karina, 30 anos, não trabalhava antes da entrada na associação. Ela e o marido estavam passando por dificuldades financeiras, no estado do Rio Grande do Sul (não informou a cidade). Porém, em 2015, sua mãe, que era presidente da associação, convidou-a para que viesse, com o esposo, a trabalhar na associação. Como pode ser visto nesta parte da entrevista, “lá não tava bão, a gente tava passando dificuldade e já tinha 3 fió, aí a mãe ligou e falo que tinha vaga aqui, ai nois viemos”. Assim que chegou à associação, ela assumiu o cargo de secretária e, no mesmo ano, foi eleita à presidência. Ela realizou um curso oferecido pela Itaipu, voltado ao trabalho em equipe e à formação de associações. Participou também de um projeto do CATAFORTE (não soube informar o nome do projeto), com o objetivo de aquisição de materiais. Além disso, fez uma visita à Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena, onde ocorreram importantes trocas de experiências.

Karina comenta que está gostando de trabalhar na associação, mas demorou para se habituar à rotina de trabalho: “Antes eu não trabalhava, né? Ai não tinha rotina de levantar cedo e tal e aqui também não é um trabalho fácil”. Ao ser questionada se pretende trocar de emprego, respondeu que ainda não pensou a respeito.

Em relação ao curso realizado, Karina explica que foi muito bom para ela e para todos os associados, pois, dentre estes, cinco são da mesma família,

Aqui é tudo parente né? Só a dona Maria que não é da família, o resto tudo é, aí fica muito complicado, porque a mãe, a tia, até o marido acha que a gente quer mandar neles, mas eu como presidente tenho que fala as coisa, mas eles não entendia. Teve um tempo que ninguém conversa com ninguém, ai a técnica pediu p Itaipu um curso sobre equipe, Ai foi feito o curso e melhora muito, agora ainda tem umas confusão, mas eles entendem que eu preciso falar, eles que me colocaram aqui, eu não tô aqui pra mandar, eu tô aqui pra representar eles.

Assim, pode-se analisar que ocorreu uma melhora na relação laboral e, conseqüentemente, familiar, visto que são colegas de trabalho. Na vida social, ela não soube diferenciar se aconteceu alguma mudança no tratamento com os vizinhos após a entrada na associação: “Assim que chegamos do Rio Grande, começamos trabalha aqui e como a família é daqui a gente convive com a família só, ai nem presta atenção nos outros”.

Os auxílios desenvolvidos pela Coleta Solidária da Itaipu, pelo MNCR e pela Prefeitura podem ser analisados como práticas de empoderamento desenvolvidas por

agentes externos, em que se espera que os catadores saiam de uma situação de dependência (financeira), de impotência (sem voz de decisão) e passem por uma etapa de transformação, por intermédio dos cursos, dos eventos e dos aperfeiçoamentos realizados. Neste sentido, os catadores tornam-se sujeitos com voz ativa na sociedade, integrados em políticas públicas, batalhando por si e para os outros catadores, alcançando mais autonomia e autodeterminação (MARINHO; GONÇALVES, 2016; WENDHAUSEN; BARBOSA; BORBA, 2006).

Com base nas entrevistas, percebeu-se que as associações se referem aos associados de diferentes maneiras, tais como catadores, agentes ambientais e agentes recicladores, conforme pode ser observado na tabela 3.

<b>Catadores</b>	<b>Agentes Recicladores</b>	<b>Agentes Ambientais</b>
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa	Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste	Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis	Associação Mercedense de Agente Recicladores	Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena
Associação Bragadense de Catadores		Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis
Associação dos Catadores Brilha Diamante		Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas
Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu		Cooperativa dos Agentes Ambientais
Associação de Catadores de Toledo		
Associação Entrerriense se Catadores		
Associação dos Catadores de Materiais		

Recicláveis de Iracema do Oeste		
---------------------------------	--	--

Tabela 4 – Diferentes maneiras de chamar os associados.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos nas entrevistas.

Os municípios em que as associações apresentam o termo “catadores” no nome são Nova Santa Rosa, Assis Chateaubriand, Pato Bragado, Diamante do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Entre Rios do Oeste e Iracema do Oeste. Nas cidades de Formosa do Oeste e Mercedes, as associações utilizam “agentes recicladores” nos nomes das associações. Os demais municípios – Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, Jesuítas e Marechal Cândido Rondon – adotam a expressão “agentes ambientais”, que, aliás, como pode ser observado no gráfico 4, é o termo mais utilizado, com uma frequência de 42%. Ao serem questionados sobre o porquê do uso recorrente desta nomenclatura, responderam que é uma tentativa de fazer a população entender que eles não apenas “catam o lixo”, mas realizam uma ação ambiental. Os presidentes também comentaram que a admissão do referido termo está sendo usada para “separar catadores, como quem cata na rua, e agente ambiental, que trabalha na central de triagem”.

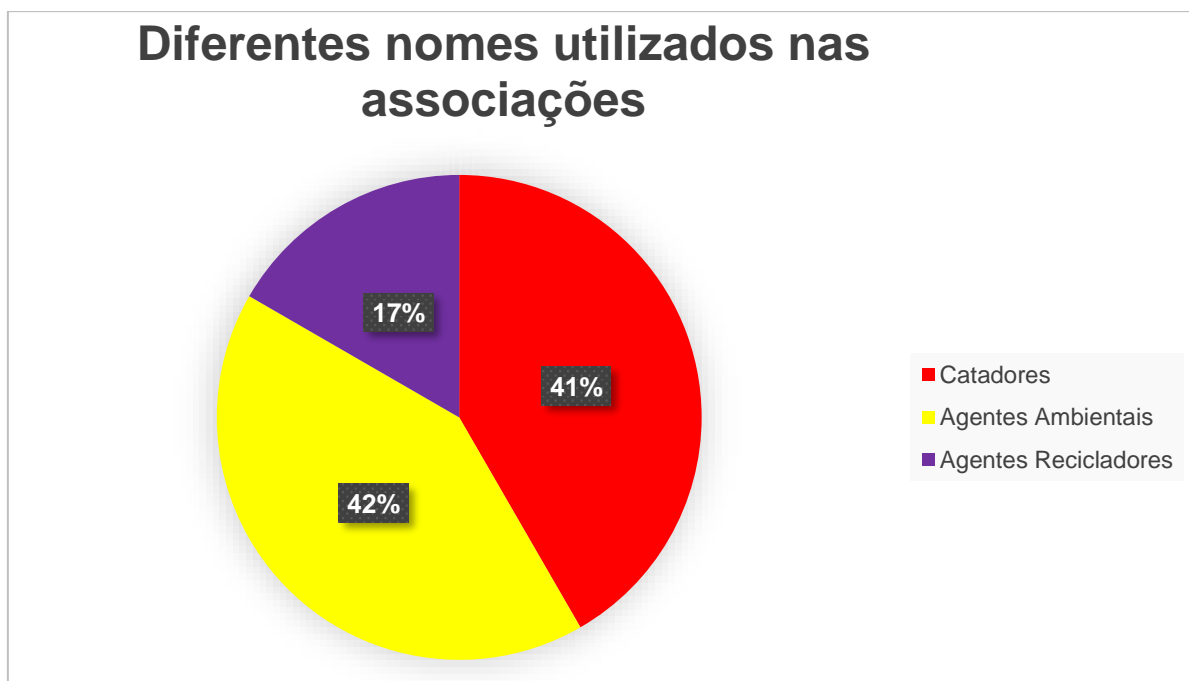


Gráfico 5 – Porcentagem dos diferentes nomes utilizados nas associações.

Fonte: Realização própria com dados das entrevistas com os presidentes.

O Programa Coleta Solidária também caracteriza os catadores de materiais recicláveis como “agentes ambientais”, valendo-se, neste caso, de propagandas, logotipos, uniformes etc. Dessa forma, é enaltecido o papel ambiental do catador. De acordo com documento extraído do site da Itaipu, “os catadores prestam relevante serviço à sociedade e ao meio ambiente, constituindo-se em autênticos agentes ambientais”. De fato, graças ao Programa Coleta Solidária, é possível perceber a caracterização desses trabalhadores como verdadeiros agentes ambientais, o que permite atribuir uma significação e uma identidade coletiva para tal classe.

Assim, a noção de agentes ambientais está relacionada à busca pela criação de uma identidade de trabalho, de modo que os catadores se sintam mais valorizados como trabalhadores. Desta forma, estão sendo utilizados termos diferentes para distinguir quem cata na rua (catador) e quem realiza o trabalho na central de triagem (agente ambiental). Essa diferenciação auxilia na reconstrução da identidade, porquanto esta se constrói a partir da diferença. Parte-se, então, de uma identidade negativa, carregada de termos desfavoráveis, como “trabalho na rua”, “baixa renda”, “discriminação” etc., para uma identidade positiva, com trabalho em local adequado, com suporte organizacional e governamental. Essa reconstrução da identidade profissional afeta diretamente a autoestima do catador, contribuindo para que a população passe a vê-los de forma diferente, respeitando a função por eles exercida.

## **Considerações finais**

Esta pesquisa se propôs a compreender o reflexo das práticas de empoderamento experienciadas pelos catadores. Para tal fim, foram utilizadas, como parâmetro, as dimensões política e psicológica.

Na perspectiva política, empregaram-se práticas de desenvolvimento coletivo, com a finalidade de transformação das estruturas sociais, mediante a redistribuição de poder. Buscou-se, assim, criar condições para que, do meio social, pudessem advir melhores oportunidades aos catadores e, simultaneamente, despertar nestes um sentimento de confiança, para que, uma vez organizados em associações, viessem a empreender lutas coletivas visando a melhorias na vida comunitária.

Na esfera psicológica, cada catador foi abordado com práticas de desenvolvimento individual, com o objetivo de gerar mudanças de mentalidade a partir de uma percepção que parta de suas próprias forças. Nesse sentido, congregaram-se as duas dimensões, visto que as práticas desenvolvidas na dimensão política, de maneira grupal, têm potência para interferir na vida individual de cada catador e no grupo como um todo. Utilizou-se, então, a dimensão individual para análise de como essas práticas alteraram as relações de poder experienciadas por cada indivíduo. Essas abordagens serviram de base para a formulação da pergunta central desta pesquisa: “Como as práticas de desenvolvimento pessoal e coletivo vivenciadas nas organizações de catadores resultam em empoderamento individual?”

No que tange às atividades práticas, desenvolvidas, de maneira coletiva, nas associações/cooperativas pesquisadas, aferiu-se que os catadores encontram, nesses espaços, uma alternativa para ter uma melhora na renda, conforme pôde ser observado na tabela 2. Com efeito, a pobreza está intimamente ligada à falta de poder, por limitar financeiramente o indivíduo a questões básicas de sobrevivência. Assim, a saída desta situação, pela via material, pode fornecer ao sujeito condições de manter suas necessidades básicas.

Todavia, se o aumento de renda pode ser analisado como um processo inicial de empoderamento, no empoderamento total deve-se levar em consideração um conjunto de questões para além dessa materialidade, pois a tendência é que a situação de exclusão social permaneça mesmo com o aumento de renda. Os recursos financeiros são, sem dúvida, um fator de capacitação que pode auxiliar no

desenvolvimento pessoal, profissional e social. Contudo, urge também uma ação que vise a trabalhar a consciência social de cada indivíduo.

No presente caso, a capacitação e a troca de experiências decorrentes da participação em cursos promovidos pela Itaipu contribuíram significativamente para motivar os catadores. Com efeito, ligar grupos e redes a fim de formar parcerias para resolver os problemas da comunidade pode servir como um catalisador do processo de empoderamento. Este, embora não consista em uma técnica ou um conteúdo sistematizado, passível de ser transmitido via cursos ou treinamentos, pode, contudo, emergir mediante práticas de desenvolvimento afins, aplicadas individualmente ou em grupo.

Apesar dos desafios que ainda existem, as parcerias entre Itaipu, prefeituras, associações/cooperativas têm obtido sucesso, melhorando as condições de trabalho e a geração de renda dos catadores, de modo a dignificar sua contribuição como serviço à comunidade. O empoderamento ocorre, de maneira individual, quando os sujeitos conseguem romper com a situação de poder, permitindo-lhes aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania.

Pode-se analisar, nesta pesquisa, que, com o processo de empoderamento, os indivíduos passam a vislumbrar alternativas para a sua condição atual, seja ela financeira, profissional, intelectual ou pessoal. Gera-se, conseqüentemente, um processo de reconhecimento, de criação e de utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos em si mesmos e no meio que os envolve. Ressalta-se, também, que, quando os catadores começam a se denominar como “agentes ambientais”, distinguindo-se dos demais trabalhadores da reciclagem, aflora neles um sentido de pertencimento a sociedade, bem como o fortalecimento da própria identidade. Assim, a categoria consegue se impor contra o preconceito estrutural, com voz ativa em conselhos municipais, representando a associação/cooperativa em outros municípios/estados/países.

O poder público, juntamente com a Itaipu e as organizações de catadores, buscam alterar o quadro de invisibilidade desses cidadãos, mediante a inclusão deles nos sistemas formais de gestão de resíduos sólidos e com o reconhecimento de sua profissão. Como já citado, as trocas de prefeitos/partidos políticos interferem negativamente nessas práticas, pois, caso o prefeito eleito não tenha sido apoiado pela associação/cooperativa de catadores, esta tende a sofrer com cortes de verba e quebra de contrato, paralisando as ações voltadas para o empoderamento.

Conclui-se que, quando um grupo que fica à margem da sociedade realiza alguma forma de ação social para melhorar sua posição de poder, isso pode ser considerado um processo de empoderamento coletivo. Reforça-se, assim, a importância da participação e da identidade coletiva para que o empoderamento se desenvolva em uma comunidade. Na perspectiva dos presidentes que participaram desta pesquisa, o processo de empoderamento mais significativo que emergiu foi o fortalecimento das relações interpessoais e a autonomia financeira.

As práticas de empoderamento geram uma mudança nas relações de poder existentes. Implica em retirar as pessoas da situação de risco social e situações de dominação. A convivência entre os catadores, os aperfeiçoamentos realizados e as práticas de desenvolvimentos aplicadas no dia a dia geram um senso de maior autonomia, que resulta na associação destes profissionais. Como resultado, esses sujeitos conseguem alcançar alguns benefícios, como, por exemplo, o aumento da renda. Inicia-se, então, um processo de empoderamento psicológico nas referidas organizações.

Por fim, cabe destacar que, apesar de as práticas de desenvolvimento pessoal e grupal aplicadas nas organizações de catadores apresentarem resultados dentro da entidade e no meio profissional, urge que esse processo de empoderamento seja contínuo para que possa gerar resultados significativos na vida pessoal e social do indivíduo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, C. Aulete Digital – **dicionário contemporâneo da língua portuguesa**: Dicionario Caldas Aulete, vs online, acessada em 05 de jun de 2019.

BALKO, Hugo Ewalt; IURKIV, José Erondy; PORTZ, Solange da Silva. **Entre Rios do Oeste**: fazendo história. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2003.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

BARRETO, R. DE O.; PAULA, A. P. P. “Rio da Vida Coletivo”: Empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administracao Publica**, v. 48, n. 1, p. 111–130, 2013.

BERNARDES, V. D. S. **EXPERIÊNCIA DO COOPERATIVISMO E O EMPODERAMENTO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA AMBIENTE – VILA ESTRUTURAL (BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL)**. [s.l: s.n.].

BONELLI, V. V. **Sustentabilidade sob o enfoque da inovação e melhoria contínua**. 2014. 168 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP. São Paulo, 2014.

BORTOLI, M. A. Relato de experiência: Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 12 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2009

BOSI, A. P. **A organização capitalista do trabalho “informal”**. O caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso 16 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Versão preliminar para consulta pública. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br>>. Acesso em 16 de março de 2020.

CALDERONI, S. Os bilhões perdidos no lixo. 6. ed. São Paulo: Humanitas, 2011.

COSTA, A.G. **Gestão de resíduos sólidos e a integração de catadores em cidades pequenas**: os casos de Assis Chateaubriand e Palotina, PR. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia Universidade



Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2017.

ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 507f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Rev. Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças-MT. v.8, n.1, Jan./Jun. 2018, p. 13 - 31.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOES, A. T.; ALENCAR, C. M.M; SANTOS, M. **A pequena cidade além dos sinônimos e da quantificação**. ILHÉUS, BA, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/5631/5361>>. Acesso em 10 jan. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática** – SIDRA. Banco de Dados Agregados, IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 dez. 2018.

ITAIPU. **Cultivando Água Boa**. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/54>>. Acesso em 29 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. **Coleta Solidária**. Disponível em: <[http://www.itaipu.gov.br/respo/balan\\_2004/colet.htm](http://www.itaipu.gov.br/respo/balan_2004/colet.htm)>. Acesso em 29 de julho de 2021.

JESUS, M. F. DE; MENEZES, I. A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 3, p. 527–535, 2010.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saude e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733–743, 2009.

LÜDKE, M. E ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária-EPU.

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, v. 2016, n. 56, p. 80–90, 1 abr. 2016.

MARTINS, C. H. B. **TRABALHADORES NA RECICLAGEM DO LIXO: DINÂMICAS ECONÔMICAS , SÓCIO-AMBIENTAIS E POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DE EMPODERAMENTO O**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2003.

MELO, N.A. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008, 527 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teori, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NEVES, Fabio de Oliveira. **A Política e suas Instituições na Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ / 2004. 38p. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_, Fabio de Oliveira. **Geografia dos Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro: entre os direitos e os deveres do cidadão**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_, F de O. **Gestão pública de resíduos sólidos urbanos: problemática e práticas de gestão no Oeste Paranaense**. 266 p. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.

\_\_\_\_\_, Fábio de Oliveira. MENDONÇA, Francisco. CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | **REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA** | Vol. 25, n.º 1, ene.-jun. del 2016 | ISSN 0121-215X (impreso) · 2256-5442 (en línea) | BOGOTÁ, COLOMBIA | PP. 153-169

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

OSTROVSKI, D. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade** | vol. 11, n.5| jun/dez - 2016

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pósgraduação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SALGADO, G.; TEIXEIRA, T. **CATADORE S(AS) E A METRÓPOLE: IDENTIDADE, PROCESSO E LUTA**. São Paulo, 2012.

SCHALCH, V., *et. al.* **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Carlos/SP: Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. **Empoderamiento: proceso, nivel y contexto**. Psykhe, Santiago/Chile, v.13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.

SOUZA, M.A.; SILVA, M. M. P.; BARBOSA, M. F. N. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Rev. Monografias Ambientais – REMOA**, v.13, n.5, dez. 2014, p.3998-4010.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos - 2008**. Brasília: Ministério das Cidades/SNSA, 2009.

STOTZ, E. N; ARAÚJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 5-19, maio/ago. 2004.

TORRES, H. R. **As Organizações dos Catadores de Material Recicláveis: inclusão e sustentabilidade.** O caso da Associação Dos Catadores De Papel, Papelão e Material Reaproveitável, A Asmares, em Belo Horizonte, MG. Fevereiro de 2008. Disponível em: <[www.unbcds.pro.br/publicacoes/HenriqueTorres.pdf](http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/HenriqueTorres.pdf)> Acesso em 15 de setembro de 2017.

TRIVIÑOS, A N. S. (1987). *A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.

TREMBLAY, C.; GUTBERLET, J. Empowerment through participation: Assessing the voices of leaders from recycling cooperatives in são paulo, Brazil. **Community Development Journal**, v. 47, n. 2, p. 282–302, 2010.

WENDHAUSEN, Á. L. P.; BARBOSA, T. M.; BORBA, M. C. DE. Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 131–144, 2006.

## APÊNDICES

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS/QUESTIONÁRIO CATADORES**

### **I. VIDA PESSOAL/CASA**

- **Origem/migrações**
  - Conte um pouco sobre sua trajetória de vida?
  - Morou em outros lugares? Quais?
- **Perfil familiar**
  - Composição familiar?
  - Tem algum membro da família de trabalha com materiais recicláveis
  - Descreva a sua relação familiar?
- **Finanças familiares**
  - Quem contribui com as finanças/despesas da casa?
  - Como ocorre essa contribuição?
  - Você é dependente financeira do seu parceiro?
  - Recebe alguma ajuda do governo [bolsa família etc.]
- **Mudanças no cotidiano e relações familiares após atividades na associação**
  - Mudou algo na sua casa após o início do trabalho com reciclagem?
  - Como era a sua relação familiar antes da entrada na associação?
  - Como está a sua relação familiar com o trabalho na associação?
  - A renda aumentou ou diminuiu?
- **Participação em cursos/treinamentos e resultados/consequências**
  - Após a realização desses aperfeiçoamentos mudou algo na sua casa?
  - Algum curso foi relacionado a vivência doméstica?
- **Expectativa familiar para o futuro**
  - Como deseja estar daqui 5/10?
  - Pretende ter outro emprego? Qual?
  - Mudar de setor na associação?

### **II. VIDA PROFISSIONAL/TRABALHO**

- **Passado anterior ao trabalho de catação**
  - Profissão que trabalhou?
  - Locais que trabalhou?
  - Quanto ganhava por mês?
  - Quanto tempo trabalhava por dia?
- **Trabalho com a catação**

- **Você já trabalhava com a catação de materiais?**
  - **Estava presente na criação da associação?**
  - **Como ocorreu a sua entrada na associação?**
  - **Conte um pouco da sua trajetória.**
  - **Com quem e como você aprendeu a catar?**
  - **Território de atuação do catador e da cooperativa.**
  - **Quais locais vocês vão (empresas? repartições públicas? porta a porta?).**
  - **Quais são os materiais que eles coletam (hierarquizar do mais importante ao menos importante em termos de quantidade e de valor).**
- **Expectativa para o futuro**
    - **Pretende ter outro trabalho? Qual? Por quê?**
- **Hierarquia/relação de trabalho na associação**
    - **Como é a organização no local do trabalho?**
    - **Possui um chefe/presidente?**
    - **Como ocorre a relação no local de trabalho (tranquila? Disputa de poder)?**
    - **Possui conflito com algum trabalhador da associação?**
- **Participação em cursos/treinamentos e resultados/consequências**
    - **Participou de algum curso/treinamento/palestra/encontro? Quais? Onde? Quem ofertou?**
    - **O que mudou na sua vida profissional após o aperfeiçoamento ofertado?**
    - **Se sente mais preparado para o trabalho?**
    - **Esses aperfeiçoamentos alteraram a convivência na associação?**

### **III. VIDA SOCIAL/CIDADE**

- **Perfil socioeconômico**
    - **Possui outra fonte de renda? Qual?**
- **Relação com o comércio local**
    - **Como era a sua relação com os comerciantes antes da entrada na associação? Como ocorre a relação com os comerciantes atualmente?**
- **Relação com os vizinhos e moradores**
    - **Você mudou de bairro após o início do trabalho na associação?**
    - **Você sente algum preconceito pelo fato de trabalhar com a materiais recicláveis?**
    - **Você sentiu alguma mudança na relação com vizinhos e moradores após a entrada na associação? Quais?**

➤ **Lazer**

- **Quais os locais que você frequenta para socializar? O que costuma fazer?**

**Você bebe? Com que frequência? Durante o trabalho? Não.**

- **Fazendo uma linha do tempo desde a sua entrada na associação até hoje quais os pontos que você acha que merece destaque? Esses pontos influenciaram na sua vida pessoal e social? Por quê?**

**Ex.**